

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANTONIO OLEGÁRIO BLANCO CAVA

**ENTRADA NA PROFISSÃO:
ESCOLHA PESSOAL OU IMPOSIÇÃO SOCIAL?**

São Bernardo do Campo
2013

ANTONIO OLEGÁRIO BLANCO CAVA

**ENTRADA NA PROFISSÃO:
ESCOLHA PESSOAL OU IMPOSIÇÃO SOCIAL?**

Dissertação apresentada à Universidade Metodista de São Paulo, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação, linha de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Leila Alves

São Bernardo do Campo
2013

A dissertação de mestrado sob o título “ENTRADA NA PROFISSÃO: ESCOLHA PESSOAL OU IMPOSIÇÃO SOCIAL?”, elaborada por ANTONIO OLEGÁRIO BLANCO CAVA, foi apresentada e aprovada em 19 de março de 2013 perante banca examinadora composta pela Prof^a Dr^a Maria Leila Alves (Presidente/UMESP), pelo Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes (Titular/UMESP) e pela Prof^a Dr^a Laurinda Ramalho de Almeida (Titular/PUC).

Prof^a Dr^a Maria Leila Alves

Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Roseli Fischmann

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

Programa: **Pós Graduação em Educação *Stricto Sensu***

Área de concentração: **Educação**

Linha de pesquisa: **Política e Gestão Educacionais**

Dedicatória

A meus pais, Ida e Paquito, que me ensinaram os valores necessários para a vida.

A minha esposa e companheira Célia, sempre com seu apoio, e compartilhamento das
decisões.

Agradecimentos

Às gestoras das instituições de ensino, que permitiram a realização da pesquisa e consequentemente o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores do curso de Mestrado da UMESP, que permitiram que compartilhássemos de seu conhecimento.

Aos professores que compuseram a banca examinadora e contribuíram com seu conhecimento para os ajustes necessários deste trabalho.

Em especial, a minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Leila Alves, que, com sua simplicidade, sua dedicação e seu amor pela educação, permitiu que este trabalho chegasse ao fim.

RESUMO

O estudo procura identificar os fatores que contribuem para que os alunos, ao final do Ensino Médio, façam sua escolha profissional, se a escolha que fazem se baseia em algum programa de orientação profissional específico, se seguem uma orientação da família, de amigos, professores ou profissionais da área, ou se é uma imposição situacional, em função da classe social da qual o jovem faz parte. Pode-se encontrar várias respostas, a depender da classe socioeconômica ocupada pelo indivíduo; para cada parcela da população, talvez ocorra a reprodução de seu quadro socioeconômico, visto que os fatores que influem naquela escolha podem variar entre as diferentes camadas da sociedade. A pesquisa bibliográfica inclui autores como Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, Maria Alice Nogueira e Alípio Casali, entre outras. O estudo se completa com uma pesquisa de campo, em que foram entrevistados alunos de duas instituições de Ensino Médio, uma da rede pública e outra da rede privada, ambas situadas na cidade de São Bernardo do Campo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa. Os dados empíricos foram coletados por meio de questionário para respostas diretas, e também com uma questão aberta, para que os alunos envolvidos pudessem contribuir com novos elementos para a análise final.

Palavras-chaves: Ensino Médio; profissão; escolha profissional; formação; reprodução

ABSTRACT

The study seeks to identify the factors that contribute to career choice for students at the end of high school, whether the choice based on some program-specific professional guidance, or following guidance from family, friends, teachers or professionals, or is just a situational imposition, depending on youth's social class. One can find several answers, depending on the socioeconomic status occupied by the individual; for each portion of the population, may occur the reproduction of his or hers socioeconomic context, since the factors that influence that choice may vary among different society strata. The literature research includes authors such as Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron, Mary Alice Nogueira and Alipio Casali, among others. The study is completed with a field survey in which respondents were students from two high school institutions, respectively from public and private networks, both located in the city of São Bernardo do Campo (SP). It is, therefore, a literature and qualitative research. Empirical data were collected through the application of a questionnaire to direct responses, and also of an open question, so that the students involved would contribute new elements for the final analysis.

Keywords: high school; profession; career choice; training; reproduction

RELAÇÃO DE QUADROS

- Quadro 1 Rendimento do sistema educacional, 1961-1972, **18**
- Quadro 2 Estrutura do sistema educacional após a Lei nº 9.394/96, **20**
- Quadro 3 Características de sexo e idade, **53**
- Quadro 4 Questão 1 – Você recebeu, durante o Ensino Médio, alguma orientação sobre qual a formação superior ou profissão seguir após o Ensino Médio?, **53**
- Quadro 5 Questão 2 – De quem você recebeu a orientação?, **53**
- Quadro 6 Questão 3 – Esta orientação foi através de:, **54**
- Quadro 7 Questão 4 – Esta orientação permitiu a você definir qual formação profissional seguir?, **54**
- Quadro 8 Questão 5 – Você recebeu alguma orientação de seus pais a respeito de que profissão seguir?, **54**
- Quadro 9 Questão 6 – Você sente preocupação de seus pais a respeito de seu futuro profissional?, **54**
- Quadro 10 Questão 7 – De que maneira esta preocupação se manifesta?, **54**
- Quadro 11 Depoimentos dos alunos da instituição privada, **56**
- Quadro 12 Depoimentos dos alunos instituição pública, **58**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 – PEQUENO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	16
1.1 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	16
1.1.1 O Brasil Colônia.....	16
1.1.2 O Brasil Império.....	17
1.1.3 A República.....	17
1.2 A EDUCAÇÃO A PARTIR DA NOVA REPÚBLICA.....	18
1.3 A EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS 50 ANOS.....	19
1.4 A ESCOLARIZAÇÃO POR CAMADAS SOCIAIS NO BRASIL DE HOJE....	21
1.4.2 Camadas Populares	21
1.4.2 Camadas Médias	22
1.4.2 A Elite	23
1.5 O EFEITO REPRODUTIVO DA EDUCAÇÃO.....	25
Capítulo 2 – MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO MUNDO DO TRABALHO: A	
NOVA RELAÇÃO DE EMPREGABILIDADE E A ESCOLHA DA PROFISSÃO	28
2.1 O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	28
2.1.1 A Segunda Metade do Século XX	29
2.1.2 O Século XXI.....	30
2.2 A EMPREGABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA	33
2.3 A ESCOLHA DA PROFISSÃO	36
2.4 FATORES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A ESCOLHA	38
2.4.1 Os Pais.....	41
2.4.2 Os Amigos.....	42
2.4.3. Os Profissionais da Área	43
2.4.4 A Orientação Escolar	44
2.4.5 Os Salários.....	45
2.4.6 O Desempenho Escolar ou o Gosto pelo Assunto	45
2.4.7 A Qualidade de Vida.....	46
2.5 PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	46

Capítulo 3 – O QUE O JOVEM DE HOJE PENSA DE SUA ESCOLHA	
PROFISSIONAL E SEUS DETERMINANTES	50
3.1 A PRODUÇÃO DA PESQUISA.....	50
3.2 A METODOLOGIA DA PESQUISA	53
3.3 COMPARATIVO ENTRE OS DADOS OBTIDOS NAS DUAS INSTITUIÇÕES	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXO.....	72

INTRODUÇÃO

Este trabalho procurou identificar quais os fatores que podem contribuir para que os jovens, ao final do Ensino Médio, façam sua escolha profissional, se esta escolha pode ser baseada em algum programa de orientação profissional específico, e se um programa como este pode ou não interferir ou decidir na escolha. Se a orientação da família, dos amigos, de professores ou profissionais da área pode interferir nessa escolha, ou se acaba sendo uma imposição situacional, em função da condição sócio-econômica do jovem.

Várias respostas podem ser encontradas, já que isto pode depender da classe socioeconômica a que o jovem pertence. É bem provável que o seu quadro socioeconômico seja um dos fatores de sua escolha profissional, fatores que variam entre as diferentes camadas da sociedade.

Meu interesse por este assunto vem de longe, pois minha educação formal — que suponho ter sido como a da maioria da classe operária da qual minha família fazia e faz parte até hoje — integrou-se ao processo que existia na década de 1970. Ou seja, para aqueles que conseguiam vencer os quatro anos do ensino primário, haveria o primeiro grande teste: passar no exame de admissão para o antigo ginásio. Ocorrendo reprovação neste teste, havia a possibilidade de a criança encerrar os estudos, ou ainda cursar o chamado 5º ano. Se mesmo assim não houvesse aprovação, a possibilidade de abandono dos estudos era ainda maior. Para minha felicidade, fui aprovado nesta fase.

Mas outra barreira surgia neste momento. Mesmo tendo sido aprovado, a baixa oferta de vagas no ginásio contribuía para o abandono dos estudos. Assim, aos 11 anos de idade, me peguei caminhando quatro quilômetros na ida, quatro quilômetros na volta, todos os dias, para frequentar as aulas das 16 às 19 horas.

Já por volta dos 14 anos, quando os jovens terminavam o ginásio, surgia a possibilidade de novos testes. Para uma parcela destes jovens, era fundamental dar início a uma carreira profissional. Uma oportunidade era ser aprendiz do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), com contrato de trabalho em uma empresa e recebendo um salário. A alternativa era o ingresso nas áreas administrativas, como *office boy*. No caso daqueles para os quais não existia nem uma nem outra possibilidade, restava o ingresso em indústrias ou na área de serviços, como ajudantes gerais.

Concomitantemente, alguns jovens poderiam continuar seus estudos, fazendo o antigo colégio, em horário noturno. Outros, por motivos diversos, aqui poderiam dar por encerrada sua formação. Podemos questionar se estes jovens que continuavam seus estudos em período noturno já dispunham, naquela época, de uma qualidade de ensino semelhante à de seus pares que tinham o privilégio de estudar em período diurno, seja na rede pública, seja na rede privada.

Em meu caso, consegui passar também por esta fase. Adentrei no SENAI através de uma das maiores empresas nacionais instaladas na região na época e, aos 16 anos, já era o que se classificava na época como “oficial”, denominação do profissional que não é mais aprendiz. Frequentei o antigo colegial em período noturno, em escola pública, paralelamente à formação no SENAI, e parte desse período já trabalhando na indústria.

Aqui cabe uma ressalva, que tem ligação direta com o tema do trabalho. Concorrer a uma vaga no SENAI, uma instituição mantida pela indústria, só era possível aos jovens que tinham pais ou parentes de 1º grau empregados na indústria. Aqueles jovens cujas famílias não haviam conseguido, no passado, um emprego na indústria nem nesta permaneceram não teriam nem sequer a chance de concorrer a este tipo de formação, de alta qualificação para a época e para os dias atuais.

Em função deste cenário, fica a dúvida sobre o que pode passar pela cabeça de um jovem que, simultaneamente ao seu aprendizado, necessita iniciar sua carreira profissional. Será que amadurece mais cedo, pelo fato de trabalhar durante o dia e estudar a noite? Ou, em função do trabalho prematuro, pode sofrer prejuízo em seu aprendizado e, conseqüentemente, ter uma dificuldade maior em seu desenvolvimento profissional.

Nesta época, uma mudança estava em curso na área de educação. Todas as escolas públicas tiveram que implantar cursos técnicos em suas unidades. Assim tive que escolher entre Química, Edificações e Segurança do Trabalho em uma escola pública, que não tinha condições para o recebimento destes cursos, já que não havia infraestrutura para o seu desenvolvimento. Fiquei com a terceira opção, pois era a única sobre a qual sabia algo, já que, tendo realizado estágio na indústria, reconhecia do que se tratava.

Para outros jovens, outros fatores também poderiam interferir na decisão. A escolha poderia se dar no momento da matrícula, sem que, por vezes, houvesse orientação adequada por parte da instituição sobre atividades desenvolvidas ou mercado de trabalho para quem escolhesse uma das três formações.

É possível também que a participação dos pais ou da família tenha sido nula neste momento, pois é possível que não tenham tomado conhecimento da escolha da formação técnica profissional feita pelo filho, ou ainda que não puderam contribuir, por simples desconhecimento.

Há que se destacar outras três situações, que poderiam contribuir para que a natureza desta escolha não fosse a mesma que em períodos anteriores. Para introduzir as disciplinas técnicas, foi necessário promover a redução da carga horária das disciplinas do núcleo comum, como Matemática, Física e História, entre outras, o que poderia contribuir para o baixo aprendizado destes conteúdos. Isto poderia ter reflexos no passo seguinte, já que a possibilidade da tentativa de acesso à formação superior, mesmo concluindo o Ensino Médio, em outras escolas: em função da menor quantidade de disciplinas de núcleo comum, a qualidade desta formação deixava a desejar, constituindo-se em funil para o curso superior.

Outro agravante é saber se as escolas, apesar de terem implantado a formação técnica, tiveram tempo para adequar instalações que se faziam necessárias, como a instalação de laboratórios para aplicação prática dos conteúdos teóricos. No caso da instituição em que estudei, parte dos equipamentos necessários para o laboratório chegaram no final do último ano do curso.

Outro obstáculo: como em toda formação técnica estava previsto no currículo um estágio obrigatório, que deveria ser realizado durante o último ano do curso. Desta maneira o jovem que compartilhava trabalho e estudo se via obrigado, caso encontrasse a oportunidade de estágio, a abrir mão de seu emprego, para a realização do estágio que caso não fosse feito, impediria a formação técnica, e se teria como resultado apenas a formação do 2º grau, sem os conteúdos do núcleo comum, o que aumentaria as desvantagens, conforme já apontado anteriormente. A não realização do estágio não permitiria completar a formação técnica e também não permitiria a aquisição dos conhecimentos com o aprofundamento necessário para entrar no ensino superior.

Com estas informações é possível passar a entender sob quais condições parte dos jovens da época foram introduzidos no mercado de trabalho. É possível também que uma parte destes jovens não teve a oportunidade de continuar seus estudos, sendo excluídos da escola pelo contínuo processo de avaliação e seleção que existia em cada uma das etapas.

De minha parte, consegui, ao final do 2º grau, realizar estágio em uma grande multinacional, obtendo a formação técnica. Mas, pela primeira vez, me vi fora

dos estudos, pois não consegui passar no vestibular, que era a última etapa seletiva. Ao não ser aprovado, tomei a decisão de não continuar os estudos naquele momento, pois já tinha uma profissão técnica. Esta minha decisão pelo descrito anteriormente também pode ter sido tomada por outros jovens de minha geração.

Mas o mercado de trabalho não se mantém estático e depois de aproximadamente 10 anos em funções de nível técnico, observei uma mudança no cenário de trabalho, que passou a cobrar para o exercício das funções técnicas uma formação superior, mesmo sendo isto uma sobre qualificação. A exigência teria que ser atendida, pois se não o fosse, poderia ocorrer uma nova seleção, ou, porque não dizer, uma discriminação, agora pelo mercado de trabalho.

Com isto minha entrada no ensino superior se deu somente com quase 30 anos de idade. Isto me permitiu escolher a formação que me interessava, e que já não era aquela que pretendia ao sair 2º grau, antigo Colegial. Neste momento sabia os caminhos que queria traçar. Mas e o jovem, que é obrigado a tomar esta decisão quando está próximo dos dezoito anos? Será que ele tem esta mesma condição de escolha? Será que ele possui as informações, e a maturidade para esta escolha? Ou será que acaba escolhendo sua formação e conseqüentemente sua carreira profissional por uma imposição do mercado, independente da classe social a que sua família pertence?

Essas questões que de alguma forma, sempre estiveram presentes em minhas reflexões, direcionaram o meu interesse por este tema sendo o mesmo desenvolvido após a minha formação superior, quando já próximo dos vinte anos de vida profissional, adentrei a vida acadêmica. A pré-qualificação dos alunos, suas expectativas profissionais e principalmente os motivos que os levam a esta escolha sempre me provocavam indagações.

Principalmente pelo fato de que, nestes quase vinte anos de vida acadêmica em escolas privadas de nível técnico e superior, sempre em período noturno, tenho observado que a inexperiência de uma boa parcela dos alunos, em relação ao tema ou ao conteúdo profissional do curso que estão realizando, tem sido cada vez mais acentuada.

Observa-se também, o desconhecimento em relação ao mercado de trabalho, o desconhecimento sobre as qualificações necessárias ao exercício das funções e o desconhecimento sobre as oportunidades para desenvolver sua profissão.

Como poderá ser visto nos próximos capítulos, várias são as influências que podem ser exercidas neste processo de escolha, desde as recomendações informais ou obrigatórias por parte dos pais até a troca de informações com amigos e, nos dias atuais,

a farta disponibilidade de informações na internet, mesmo que, por vezes, estas apresentem qualidade duvidosa.

O trabalho procurou apresentar uma trajetória histórica do sistema educacional, ou seja, de como a sociedade se comporta, principalmente nos aspectos relacionados à educação e de como os estudantes convivem com a expectativa de ascensão social em função de uma formação técnico acadêmica, de que forma isto se manifesta nas diferentes camadas da população.

Também aborda as diferentes formas de trabalho, a passagem do trabalho artesanal para a produção em série, a substituição do homem pela máquina, as novas tecnologias, a crescente necessidade de adaptação do homem às novas necessidades de mercado, advindas em função da abertura de mercado e a necessidade cada vez maior de especialização em função da crescente competitividade interna e externa.

Além disto, realizou-se uma pesquisa empírica na qual se procurou identificar o que os jovens, nos dias de hoje, pensam sobre sua escolha profissional, quais poderiam ser os fatores determinantes ou contributivos para sua escolha profissional e de que maneira eles se relacionam ou se expõem a estes fatores.

Capítulo 1 – PEQUENO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1.1 O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Romanelli (1991, p. 13) ensina que houve muito pouca mudança na educação trazida ao Brasil pelos jesuítas. Em suas palavras:

As incursões pelo campo da História da Educação Brasileira ajudaram-nos a elucidar alguma coisa. Em princípio descobrimos que, substancialmente, pouca coisa mudou na forma de encarar a educação que nos foi legada pelos jesuítas. Depois podemos verificar que houve tempos em que esta visão tinha uma razão de ser, dado o contexto sociocultural em que estava inserida a instituição escolar brasileira.

Sua contribuição refere-se ainda à relação que há entre a prática educacional adotada e o contexto sociocultural na qual esta se desenvolve.

1.1.1 O Brasil Colônia

O início da educação formal no Brasil se dá com a chegada dos jesuítas em 1549. Assim, o ensino brasileiro ficou nas mãos da Companhia de Jesus por mais de duzentos anos, ensino este com o objetivo de atender aos propósitos missionários, que era a formação de sacerdotes, mas também a uma política colonizadora, em que ao índio era destinada a conversão evangélica, enquanto que para os colonizadores a escola reservava o ensino de hábitos da burguesia portuguesa. Com isso, o Brasil se tornou um país de modelo europeu, em função da forma como foi conduzida a educação da elite da época.

Nessas condições, desde o Brasil colonial, é possível observar uma escola dualista, na qual à população indígena e aos brancos em geral era destinada a educação elementar e para os homens da classe dominante, uma educação média, com hábitos aristocráticos. Aqueles que não quisessem seguir o sacerdócio, atividade para a qual teriam uma formação superior, poderiam continuar seus estudos superiores em universidades europeias. Nessas condições, a formação escolar de qualidade era destinada a poucos. A partir de determinado momento, a formação escolar foi considerada como possibilidade de ascensão social.

Já não era somente pela propriedade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes (dados pelos colégios) passaram a exercer o papel de escada ou de ascensor, na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres-mestres, juizes e magistrados (ROMANELLI, 1991, p 36).

Este sistema foi desestruturado em 1759, quando Portugal expulsou os jesuítas de seus domínios.

1.1.2 O Brasil Império

No início do século XIX, com o estabelecimento da Coroa portuguesa no Brasil, esta entendeu a necessidade de se instalar cursos de forma a preparar os indivíduos para atender às novas necessidades dos habitantes portugueses que aqui chegavam.

Entre os anos de 1808 e 1822, instituiu-se no Brasil o ensino superior profissionalizante, com a criação gradual de cursos e faculdades, dentre as quais as de medicina, odontologia, engenharia, agricultura, farmácia, história e economia. Entretanto, o mesmo tratamento não foi dado à educação elementar. Com a preocupação apenas com o ensino superior e o abandono dos demais níveis, observou-se a continuidade ao sistema dualista de ensino, que reforçava a tradição de uma educação aristocrática.

1.1.3 A República

A Constituição de 1891 assegurou a descentralização do ensino, reservando à União a criação e o controle de instituições de ensino superior e secundário nos estados, e a estes o ensino primário e profissionalizante, que, na época, compreendia escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes.

Até os anos 20, a educação brasileira comportou-se como um instrumento de mobilidade social. Os estratos que detinham o poder econômico e político utilizavam-na como distintivo de classe. As camadas médias procuravam-na como a principal via de ascensão social, prestígio e integração com os estratos dominantes. Nesta sociedade, ainda não havia uma função “educadora” para os níveis médio e primário, razão pela qual eles não mereceram atenção do Estado, senão formalmente. A oferta de escola média, por exemplo, era incipiente, restringindo-se, praticamente, a algumas iniciativas do setor privado (ROMANELLI, 1983, apud MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL [MEC]; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]; ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS [OEI], 2003, p. 21).

Assim, passados perto de quatro séculos, o sistema educacional não apresentava transformações significativas em sua formação.

1.2 A EDUCAÇÃO A PARTIR DA NOVA REPÚBLICA

As relações entre o governo federal e os estados passam a sofrer transformações a partir da Revolução de 1930. Teve início um período em que se caracterizou progressivamente a passagem de uma sociedade pré-capitalista, agro-comercial, para uma sociedade urbano-industrial, acompanhada de transformações sociais, principalmente no sudeste do País, onde a concentração industrial provocou um intenso processo de migração para as cidades, acelerando sua urbanização. A aristocracia rural passa a conviver com empresários industriais, que tiveram ascensão social em paralelo ao processo de urbanização.

A industrialização promove também o aumento numérico dos contingentes de operários, ao qual corresponde a redução do contingente de trabalhadores no campo; estes, em parte, tornam-se trabalhadores urbanos, ligados ao processo produtivo, e passam a compor a classe média da época. Forma-se uma nova burguesia urbana, a qual passa a exigir mais educação, porém com objetivo elitista, desprezando a formação técnica, que considera inferior, e exigindo formação acadêmica. Enquanto isso, o operariado urbano começa a reclamar um mínimo de escolarização.

Com estas mudanças, surge a necessidade de entrada prematura de jovens das classes populares no mercado de trabalho. Isto faz com que fiquem impedidos de frequentar o sistema oficial de ensino e procurem cursos profissionalizantes paralelos, criados pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e pelo Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Estas instituições, ligadas à indústria e ao comércio, oferecem-lhes a possibilidade de obter uma formação profissional e proporcionam um salário por isto, o que não deixa de ser um atrativo para aqueles jovens.

A manutenção deste dualismo, ao mesmo tempo em que era fruto de uma contingência, decorria da necessidade de a sociedade controlar a expansão do ensino das elites, limitando o acesso a este às camadas médias e altas e criando o “derivativo” para conter a ascensão das camadas populares, que fatalmente procurariam as escolas do “sistema”, se estas fossem acessíveis (ROMANELLI, 1991, p. 169).

1.3 A EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS 50 ANOS

Em meio a grande disputa, após 15 anos de discussões, o Congresso Nacional aprovou um novo projeto, com grande expectativa daqueles que defendiam uma escola pública com acesso gratuito e obrigatório para a faixa etária de 7 a 14 anos, mas com forte tendência privatista, devido à forte representação no Congresso Nacional das forças de tendência majoritariamente direitista e conservadora, que contavam ainda com o apoio da Igreja Católica. O Estado não tinha obrigação de ofertar o ensino gratuito a todos, em todos os níveis, contribuindo desta forma para que parte dos que ingressavam no nível elementar de escolarização viessem a atingir o nível médio e superior.

Conforme dados do Ministério da Educação (MEC), de cada 1.000 alunos admitidos em 1960 no 1º ano escolar, apenas 56 conseguiam atingir o ensino superior em 1971 (Quadro 1).

Quadro 1
Rendimento do sistema educacional, 1961-1972

Ano	Nível de ensino	Série	Número de alunos
1961	Ensino Primário	1ª	1.000
1962		2ª	446
1963		3ª	328
1964		4ª	239
1965	Ensino médio: 1º ciclo — Ginásial	1ª	152
1966		2ª	124
1967		3ª	106
1968		4ª	91
1969	Ensino médio: 2º ciclo — Colegial	1ª	96
1970		2ª	74
1971		3ª	64
1972	Ingresso no nível superior	1ª	56

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL (MEC); INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI), 2003, p. 25-26.

Outros aspectos que também merecem ser observados no Quadro 1: somente 44% dos ingressantes na 1ª série do ensino primário iniciaram a 2ª série, e somente 15% daqueles que iniciaram o ensino primário adentraram ao ciclo ginásial,

pois nesta época havia, ao final da 4ª série, o exame de admissão, que impedia a continuidade daqueles que não fossem aprovados.

Com o objetivo de alterar este cenário, em 1971, ainda durante o regime militar, cria-se uma lei específica para tratar do ensino superior, a de nº 5.540. Reformula-se a composição do ensino e, com a junção do antigo primário com o velho ginásio, cria-se o primeiro grau, agora com oito anos, que passaria a ser denominado Ensino Fundamental. Elimina-se, assim, o primeiro critério de seletividade existente no sistema de ensino, o antigo exame de admissão. Também se altera a nomenclatura do antigo colegial, que passa ser chamado de segundo grau. Nesta reformulação, também se introduz o ensino profissional obrigatório no currículo da escola pública, com o objetivo de caracterizar o sentido desenvolvimentista do governo militar; mas esta ação não obteve o sucesso esperado, pois não há demanda para a mão de obra que está sendo disponibilizada para o mercado.

Ainda no governo militar, em 1977, uma nova lei revogou o ensino profissionalizante obrigatório e introduziu novas disciplinas com o objetivo de promover a ordem esperada pelos militares. Para isto, introduziu-se a disciplina de Educação Moral e Cívica para o Ensino Fundamental e a de Organização Moral de Cívica para o segundo grau. No estado de São Paulo, contudo, a preocupação de orientar os jovens em sua escolha profissional continuou sendo atendida com a introdução dos Programas de Informação Profissional.

O conhecimento realístico do leque de oportunidades ocupacionais e educacionais propicia excelente ocasião para o aluno valorizar o trabalho em todas as suas manifestações sociais. Cabe, portanto, à escola preocupar-se com a criação de situações capazes de proporcionar atividades que possam instrumentar o aluno para suas decisões. Para tanto, deverá levar em conta o conhecimento disponível acerca dos alunos, tal como seu nível atual de desenvolvimento, suas necessidades e seus interesses. Num componente curricular como este, a natureza do próprio curso condiciona a seleção de informações ao desenvolvimento de novos interesses profissionais, além de procurar atender aos que o aluno já demonstra. Não se pode também ignorar a necessidade de opções curriculares e profissionais que podem ocorrer durante o curso ou no seu término (MELCHIOR et al., 1977, p. 14).

Finalmente, em 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que garantia ensino gratuito e obrigatório nas escolas da rede pública e alterava a nomenclatura do segundo grau (o qual passou a se denominar Ensino Médio), além de atingir aspectos do Ensino Superior e dar diretrizes para a educação, de modo que as creches passassem a integrar esse sistema.

Trouxe também o item relacionado à formação dos docentes, recomendando que estes passassem preferencialmente a ter formação superior, o que até agora, 15 anos

depois, ainda não foi possível concretizar, em particular nas regiões mais distantes dos grandes centros. Para favorecer esta recomendação, criou-se a possibilidade da formação a distância.

Quadro 2
Estrutura do sistema educacional após a Lei nº 9.394/96

Níveis e subdivisões		Duração	Faixa etária	
Educação básica	Educação Infantil	Creche	0-3 anos	
		Pré-Escola	4-6 anos	
	Ensino fundamental (obrigatório)		Oito anos	7-14 anos
	Ensino médio		Três anos	15-17 anos
Educação superior	Curso por área		Variável	Acima de 17 anos

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL (MEC); INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI), 2003, p. 27.

Apesar destas mudanças na legislação, não se pode afirmar que todas as camadas da população passaram a ser atendidas da mesma forma e com a mesma qualidade, como veremos a seguir.

1.4 A ESCOLARIZAÇÃO POR CAMADAS SOCIAIS NO BRASIL DE HOJE

1.4.2 Camadas Populares

Fatores políticos e econômicos e a herança cultural, atuando de forma integrada ou não, facilitam uma constância da não preocupação com a escolarização das camadas menos favorecidas da população, o que hoje se reflete em grande número de reprovações. Durante muitos anos creditada à responsabilidade de alunos e suas famílias, a reprovação atualmente tem sido considerada como resultado da forma como a escola está organizada e vem funcionando.

Ocorre ainda que, em função da necessidade da complementação da renda familiar, o jovem que não obtém sucesso na escola acaba encaminhado para um mercado

informal de trabalho, onde encontra ainda mais dificuldades para se manter na escola, visto que, nessa situação, os pais já não se julgam responsáveis por sua escolarização.

Em vários casos, em razão de uma maior estabilidade na renda, mas também das práticas educativas adotadas pelos pais, é bem visível a ação destes a fim de preservar os filhos do trabalho durante o ensino fundamental. Essa variação do modo de ocupação do tempo da criança praticamente inexistente a partir dos 14 anos, quando os filhos já trabalham ou tentam inserir-se no mercado de trabalho. Nesse momento da vida ter uma ocupação remunerada corresponde a um desejo da família e do próprio filho, que quer ter sua independência financeira (ZAGO et al., 2000, p. 26).

O interesse pelo consumo se faz presente; a relação com outros jovens direciona para novos interesses; surgem assim mais obstáculos para a continuidade dos estudos. A jornada de trabalho, o modo de organização e funcionamento da escola, a dificuldade de aprendizado podem agravar a situação e acabam por contribuir para o abandono dos estudos.

Os diferentes fatores que contribuíram para a construção deste cenário — como a política educacional, os novos modelos de família, as dificuldades de desempenho, a qualidade social da escola — podem também impedir que o jovem venha a obter sucesso. A tradição ou a reprodução social dificilmente serão rompidas, pois o peso da família será maior na escolha de uma profissão para os jovens destas camadas.

Diferentemente do que era praticado no Brasil Colônia, quando as atividades de produção não exigiam preparo e não havia necessidade de educação para estes marginalizados, nos dias atuais se faz necessária uma educação formal de qualidade social, para que a população possa atingir situação sócio-econômica melhor.

1.4.2 Camadas Médias

Ao contrário das classes populares, onde por vezes, em função da herança cultural, não ocorre de maneira adequada o acompanhamento pelos pais do desenvolvimento escolar de seus filhos, nas camadas médias talvez este seja o ponto mais importante. Mesmo que os pais não tenham formação educacional, o fato de terem conseguido alçar a uma camada superior da sociedade faz com que coloquem a educação como item prioritário para que seus filhos não retrocedam socialmente. Por não disporem de ferramentas culturais para projetar o futuro de seus filhos, nutrem o desejo de que estes mantenham o prestígio social alcançado. Isto não significa que

valorizem a educação escolar, como observa Nogueira (2004), mas apenas que buscam o credenciamento formal.

Estão atentos às mutações do mercado de trabalho, onde o sistema produtivo exige cada vez mais dos menos qualificados, porém com uma oferta de emprego em menor quantidade.

Ao tratar da relação entre escolaridade e desocupação, a hipótese que prevalece é que a baixa escolaridade é um dos fatores que dificulta a inserção no mundo do trabalho, a par da diminuição dos postos de trabalho, de trabalhadores desempregados mais velhos e experientes. Contudo os resultados obtidos pelo estudo mostram que a taxa de desocupação dos jovens mais pobres que têm entre 11 e 14 anos de estudos, o que corresponderá ao Ensino Médio, pelo menos incompleto, não se reduziu; ao contrário, se elevou, mostrando que o esforço educacional deste segmento não diminui suas dificuldades de obtenção de ocupação. Assim, são os jovens pobres, mesmo escolarizados, os que têm mais dificuldades de acesso ao trabalho (RIBEIRO; NEDER, 2009, p. 505).

Não existe uma estratégia padrão adotada pelas famílias de classe média para orientar, direcionar ou forçar o jovem a seguir seus estudos, conforme Zago et al. (2000): “Dentre as estratégias de reprodução encontram-se as escolares, que se referem ao investimento feito pelos pais para encaminhar os filhos para escolas e cursos adequados à manutenção e ampliação da posição social da família” (SINGLY, 1993, p. 105).

O jovem vê-se obrigado a aceitar que os estudos o tornarão diferente de seus pais. Consequentemente, os pais devem querer que seus filhos sejam diferentes deles. Diferentes não em valores e comportamentos, mas em formação, uma vez que a inserção das classes médias também exige diplomação.

1.4.2 A Elite

Conforme os estudiosos, é possível encontrar duas situações para a trajetória escolar dos jovens pertencentes às classes dominantes:

Tem-se como usual no Brasil, mesmo entre pesquisadores, a afirmação de que, nas últimas décadas, dois tipos de trajetória escolar viriam se constituindo. De um lado, frequência a escolas privadas no nível da educação básica e em seguida, ensino superior público para os favorecidos: é o chamado “circuito virtuoso”. E, inversamente, frequência a escolas públicas de ensino fundamental e médio, seguidas de faculdades particulares (em geral de baixa qualidade), para os mais desafortunados: o chamado “circuito vicioso” (SOUZA, 1993, apud ALMEIDA; NOGUEIRA, 2003, p. 52).

Esta afirmação remete a um cenário possível, onde, em função da herança cultural, o jovem que frequentou desde cedo instituições com melhor qualidade de ensino se qualificará para concorrer em melhores condições para as vagas disponíveis

em universidades públicas, em detrimento daqueles pertencentes à classe média que buscam oportunidades por este mesmo processo.

Com isto, de acordo com a autora, o circuito virtuoso se completa, se houver dedicação e esforço por parte desse jovem, assim como garantia de pagamento de seus custos indiretos pela família. Ao final desta formação, ele poderá obter colocações, seja como profissional liberal, seja em relação de emprego, melhores que os jovens das demais camadas sociais.

Já o estudo conduzido por Nogueira (2004) aponta também a possibilidade de outra realidade, esta, sim, com maior ligação com a herança cultural e a reprodução das camadas sociais, chamada de círculo vicioso. Apesar do privilégio financeiro, ao contrário das camadas anteriores, o estudo para alguns jovens das camadas dominantes, não é o mais importante, pois a herança cultural poderá se sobrepor à formação educacional elitizada para a manutenção de sua condição social.

Quanto à escolha da formação superior, haverá novamente uma reprodução se a família for detentora do capital e, em função disto, proprietária de diferentes negócios. Neste caso, é possível que a escolha seja por cursos nestas áreas de conhecimento, até porque ao jovem poderá ser dada a oportunidade de trabalhar nas empresas familiares durante seus estudos, sem que haja grande comprometimento em termos de horário e responsabilidade. O mais importante é o aprendizado do negócio familiar e a relação com as práticas do aumento de capital. Este trabalho não será o mesmo das classes menos privilegiadas ou do estudante trabalhador da classe média, mas uma forma de trabalho que está relacionada aos negócios da família e suas diferentes formas de acumulação de capital.

Contudo, isto passa obrigatoriamente pela formação superior, mesmo que esta não seja valorizada, para o jovem favorecido, devido ao sucesso profissional que poderá alcançar sem o estudo, uma vez que este sucesso dependerá mais da continuidade dos negócios da família do que de sua formação.

É possível constatar a existência de três formas de escolarização, que pode variar de acordo com a camada social a que pertence o indivíduo.

Nas camadas populares, essa diplomação, na maioria dos casos, é realizada em instituições pertencentes à rede pública de ensino, com a possibilidade de abandono dos estudos em função de fatores políticos, econômicos e da herança cultural, que podem intervir no processo educacional, agravado pelo fraco acompanhamento dos

estudos pela família. Neste caso, os jovens, se terminarem o Ensino Médio, o farão em condições de baixa qualidade e terão dificuldade para alcançar uma formação superior.

Já na classe média, em função do grande esforço dos pais, é possível ao jovem estudar por vezes em escolas privadas com melhor qualidade de ensino e, já a partir do Ensino Médio, dividir o estudo noturno com a atividade profissional. Por vezes, a formação média é concomitante com alguma formação técnica, por intermédio de trabalho, mesmo que simples, capaz de gerar renda e, de certa maneira, auxiliar no sustento da família ou mesmo garantir os gastos pessoais. Na formação superior, o custo destes estudos poderá ser bancado totalmente por ele ou dividido entre a família, já que esta fará todo o esforço possível para que seus membros não retornem a uma condição socioeconômica inferior à que se encontram. Para o alcance desta condição, a formação superior é algo inquestionável e indispensável.

Para as elites, existe a possibilidade de duas condições, sendo que em ambas vai existir a perpetuação da herança cultural.

No primeiro grupo, encontram-se aqueles do chamado círculo virtuoso, que, desde a educação básica, frequentaram escolas privadas e aproveitam o benefício da qualidade deste ensino para ingressar nas universidades públicas mais qualificadas. No segundo, ficam aqueles que, apesar de também terem frequentado escolas privadas até o Ensino Médio, não percebem a educação como importante, pois certamente poderão assumir os negócios da sua própria família, e encaram a necessidade da formação superior apenas como forma de alcançar os benefícios sociais e o prestígio que o diploma dará, assim como a exigência atual do mercado de trabalho; sem o diploma, possivelmente não haverá oportunidade para ocupação de um cargo de dirigente, mesmo em empresa familiar.

1.5 O EFEITO REPRODUTIVO DA EDUCAÇÃO

A citação que abre o item 1.1 deste trabalho indica o quanto a educação pode contribuir para a reprodução das classes sociais, permitindo com isto que aqueles oriundos das classes populares encontrem maior dificuldade de ascensão social.

Como afirma Bourdieu (1999, p. 220), “[...] desde o século XVIII a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, onde cada área corresponde a uma

condição social e não a uma faixa etária: o Liceu ou colégio aos burgueses (secundário) e a escola para o povo (primário)”.

Apesar dos estudos serem realizados e refletir a realidade francesa da época, o exemplo pode ser aplicado à realidade brasileira. O estudo desenvolvido por Bourdieu e Passeron (2009), em *A reprodução*, aponta que o sistema escolar francês, em vez de transformar a sociedade e permitir a ascensão social, ratifica e reproduz a desigualdade. É por esta razão que os autores designam esse privilégio de classe como violência simbólica. A classe dominada se sente cada vez mais oprimida devido à ação coercitiva do processo educativo, que faz com que os valores das classes dominantes sejam privilegiados. Aos representantes e filhos das classes dominadas, esta ação gera dificuldade de aprendizado e adequação a esses valores. Em contraponto, aumenta a possibilidade de sucesso dos representantes das classes dominantes.

No centro disto está a classe média. A violência simbólica imposta pela classe dominante possibilita que alguns tentem absorver valores culturais que podem diferenciá-los de outros grupos. Por esta razão, a classe média tenta ora reproduzir, ora repudiar idéias e práticas sociais, tanto das elites, como das classes populares, de forma a diferenciar-se em relação às outras, criando com isto critérios de hierarquização.

Todas as classes sociais de todas as sociedades não estão totalmente disponíveis para o jogo da duplicação expressiva das diferenças de situação e posição. Diversas vezes observou-se que a opinião dos indivíduos acerca de sua posição na hierarquia social e da hierarquia das posições sociais, ou seja, acerca dos critérios da hierarquização, é função direta de sua posição na hierarquia social. Davis e Gardner observam que os critérios de pertinência variam de uma classe para outra: as classes inferiores se referem sobretudo ao dinheiro, as classes médias, ao dinheiro e à moralidade, enquanto que as classes superiores acentuam o nascimento e o estilo de vida (BOURDIEU, 1999, p. 24).

Mesmo assim, a superioridade cultural apropriada pela camada dominante acaba aceita como legítima pelas demais camadas, que não medem esforços para alcançar estes padrões de cultura. Assim, a classe média se destaca, já que costumeiramente não mede esforços para o alcance de determinados padrões econômicos sociais, conforme já ficou apontado no item 1.4.

Com um sistema de ensino que reproduz a cultura que está mais próxima da classe dominante, a segregação tende a aumentar a cada nível educacional. Aumenta a diferença cultural em relação às classes menos favorecidas. Se estas não recebem desde cedo um ensinamento de qualidade, fatores político se econômicos contribuem para que seu desenvolvimento seja prejudicado, o que torna ainda mais difícil sua trajetória e, conseqüentemente, reduz a possibilidade de ascensão social.

Nogueira (2004) aponta as diferentes formas de escolarização que cada classe social adota, o que apenas reforça o caráter reprodutivo da educação: certas camadas da população podem investir financeiramente na vida escolar de seus filhos; outras não conseguem nem sequer fazer o acompanhamento dos trabalhos escolares, por desconhecimento ou por convicção de que nada se pode fazer, por fraqueza e dominação, o que garante a reprodução da hierarquia de classes sociais.

É importante apontar a variação de custo da educação de uma criança, a depender da camada social da qual faz parte, como aponta Bourdieu (1999, p. 98):

Baixo para as famílias com renda baixa que, não podendo vislumbrar para os filhos um futuro diferente de seu próprio presente, fazem investimentos educativos extremamente reduzidos, e baixo também para as famílias dotadas de renda elevada, já que a renda cresce paralelamente aos investimentos, e atinge um máximo que corresponde às rendas médias, isto é, às classes médias forçadas, pela ambição da ascensão social, a fazerem investimentos educativos relativamente desproporcionais a seus recursos.

Daí também a manutenção da hierarquia das diferentes classes sociais, que, em função da qualificação de seus membros, abastecem de mão de obra bem ou mal qualificada o mercado de trabalho. Mercado de trabalho que está em constante mutação desde o momento em que se instalou a Revolução Industrial até a constante revolução tecnológica pela qual temos passado nos últimas décadas.

No próximo capítulo, abordam-se as diferentes formas de trabalho, a passagem do trabalho artesanal para a produção em série, a substituição do homem pela máquina, as novas tecnologias, a crescente necessidade de adaptação do homem às novas exigências do mercado, advindas da abertura de mercado, e a necessidade cada vez maior de especialização, em função da crescente competitividade interna e externa.

Capítulo 2 – MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO MUNDO DO TRABALHO: A NOVA RELAÇÃO DE EMPREGABILIDADE E A ESCOLHA DA PROFISSÃO

O mundo moderno vive uma época de mudanças tecnológicas revolucionárias e de extraordinária tensão. Nos últimos cinquenta anos, o progresso científico e os avanços da técnica alteraram várias vezes a face da terra. A sociedade se transforma tão rapidamente que cada dia apresenta problemas e responsabilidades decorrentes de novas mudanças.

Estas mudanças na sociedade, na economia e nas técnicas de produção, com consequentes reflexos na família, na escola, na fábrica, no sindicato e em todos os setores de atividades da sociedade, determinam, por sua vez, alterações nas concepções de comandos e de administração. Hoje, tanto no setor público, como no setor privado, o ambiente repele o amador, o curioso, o “entendido”, porque o trabalhador portador de capital humano é o mais valorizado na administração empresarial, que tem como matéria-prima o próprio homem.

A tecnologia exige e impõe mudanças nas estruturas ocupacionais. O papel que os trabalhadores ocupam nestas estruturas determina-lhes o lugar na sociedade. Isto afeta seu comportamento. Como a tecnologia continua a mudar, exige outras adaptações. Então, o homem alcança outras ocupações, outros postos. A dinâmica deste processo se reflete diretamente no mercado de trabalho e se projeta no comportamento e na tomada de consciência e de posição do próprio trabalhador, que passa a ver a si próprio como importante elemento que é.

Chega o momento em que ele requer um equipamento melhor e mais moderno que facilite a execução de suas tarefas, reclama por melhores condições de higiene e segurança, luta por melhores salários e mais diversificadas formas de remuneração, por jornadas menores e por um pouco de lazer. Acima de tudo, quer ter a possibilidade de progresso profissional de forma a melhorar o seu próprio desempenho.

2.1 O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

2.1.1 A Segunda Metade do Século XX

Na segunda metade do século XX, nas classes econômicas menos favorecidas, era permitida a inclusão do jovem no mercado de trabalho já a partir dos 14 anos. Isto lhe dava a possibilidade de contribuir com o aumento da renda familiar, de ingressar na prática profissional e — porque não dizer? — de escolher uma profissão ainda na adolescência, principalmente se, ao mesmo tempo, frequentasse uma escola profissionalizante.

Não se pode deixar de lembrar que naquele período as exigências em relação à educação formal eram menores e, conseqüentemente, o abandono prematuro dos bancos escolares poderia causar um impacto menor no futuro deste jovem.

Por sua vez, ao jovem da classe média era permitida uma continuação do ensino secundário e, por vezes, o desenvolvimento de uma formação técnica que poderia auxiliar o acesso ao mercado de trabalho, em uma condição salarial melhor que a do jovem de classe popular. Não raro, esse jovem tinha a possibilidade de, concomitantemente, cursar uma formação profissionalizante e técnica, sem que isto impactasse de forma negativa na renda familiar, pois esta não necessitava deste acréscimo em função do nível econômico em que encontrava. Desta forma, o jovem desta classe tinha a possibilidade de obter melhor formação do que o indivíduo da classe pobre, que, a partir de determinado momento, passava a dividir o tempo entre estudo e trabalho.

Para o jovem da família de classe alta, havia a possibilidade de frequentar as melhores escolas, desde o antigo parque infantil. A inclusão no mercado de trabalho poderia se dar de maneira informal, participando desde cedo nos negócios da família, mas sem que isto o afastasse de educação formal. Sua escolaridade incluiria ainda a formação superior em instituições de primeira linha, por vezes com a oportunidade de vivência no exterior.

Desta maneira, a escolha de formação ocorria em diferentes momentos. Para o jovem da classe popular, isto se dava por volta dos 15 anos. Para a classe média, por volta dos 18 anos. Para a elite, só após os 22 anos — e a segurança financeira da família permitiria a escolha no momento que se julgasse adequado.

Na faixa dos 16 aos 17 anos, menos da metade dos jovens (45,7%) mantém-se na situação de estudantes apenas, enquanto que parcela importante alia os estudos ao trabalho (24,5%) ou à situação de desemprego (8,1%). De todo modo, a maioria dos jovens dessa faixa etária estuda (78,3%). Entre os jovens de 18 a 21 anos, é bem inferior a porcentagem dos que estudam (39,4%). Ou seja, os 18 anos parecem ser um marco importante para o afastamento da

escola. [...] No que diz respeito ao trabalho, também se observa uma significativa alteração nas faixas etárias. A porcentagem de jovens que já estão na atividade (empregados ou desempregados) salta de 45,4% (16 a 17 anos) para 71% (18 a 21 anos). No entanto, antes mesmo disso, já na passagem da faixa de 14 a 15 anos para a faixa de 16 a 17 anos, observa-se um grande incremento no número de jovens inseridos no mercado de trabalho (empregados ou desempregados), de 23% para 45,4% (CORROCHANO, 2008, p. 19).

No final da última década, o mercado brasileiro abriu-se à economia internacional, e as exigências em relação à qualificação profissional passaram a ser maiores do que nos períodos anteriores. Se até os anos 1980 bastava para um jovem a formação do antigo colegial, atual Ensino Médio, para a obtenção e a manutenção de seu emprego, com a abertura do mercado a formação superior passou a ser um pré-requisito.

Houve um aumento considerável no número de jovens que ingressaram no mercado de trabalho, passando de um total de 228.757 formados em curso superior em 1991 para 390.048 em 2001. Esta população chega ao mercado de trabalho com conhecimentos atualizados (CASE, 2004, p. 14).

Novas tecnologias e a necessidade de aumento da produtividade, como forma de manutenção da competitividade, fizeram com que uma parcela muito grande de trabalhadores experientes, mas não qualificados para as exigências de habilidades das novas tecnologias, perdessem seus postos de trabalho, sem que isto provocasse a contratação de trabalhadores mais jovens, pois estes também não estavam aptos e familiarizados com as novas exigências do mercado, visto não terem a formação adequada para ingressar no mercado de trabalho.

Esta mudança de cenário acabou por atingir principalmente os jovens das classes econômicas menos favorecidas, que se destinavam a preencher as vagas operacionais das áreas produtivas e serviços. Para os jovens da classe alta, o impacto desta abertura foi menor, já que continuaram a desfrutar de educação formal em boas escolas, com possibilidade de estudo de outra língua e tempos de vivência no exterior; tiveram tempo para acomodação às mudanças, sem sofrer um impacto negativo.

No caso do jovem da classe média, isto também pôde ser observado. Por vezes, o trabalho em negócios da família não exigia, ainda, o conhecimento de novas tecnologias, o que permitia um aprendizado contínuo.

2.1.2 O Século XXI

Com as mudanças apontadas acima, a classe trabalhadora tornou-se diferente daquela existente em meados no século passado, pois os requisitos de qualificação passaram a ser outros.

Em função da desregulamentação das formas de trabalho, já não têm mais colocação os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho para uma indústria verticalizada, que adotava métodos tayloristas ou fordistas de produção, com uso intensivo de métodos tradicionais e manuais, pois a especialização e a estabilidade deixam de ter importância.

A horizontalização do capital produtivo e o uso intensivo da tecnologia da informação permitem que as empresas, distantes uma das outras, se comuniquem e transfiram tecnologia. Surgem de novas formas de relação de trabalho, seja a terceirização de parte da atividade, seja a subcontratação de serviços, seja ainda o recurso ao sistema de *home office* e *part-time*, entre outras.

A tecnologia de informação não apenas acelerou e facilitou a administração de processos como uma solução interna para a organização. A tecnologia de informação permitiu administrar processos fora das fronteiras da organização. Uma empresa pode conectar-se com seus clientes e fornecedores. Juntas, essas organizações podem administrar seus processos de forma integrada e colaborativa (MAXIMIANO, 2010, p. 469).

Com isto, países em desenvolvimento, como o Brasil, passam a sofrer ainda mais a concorrência de outros em que a mão de obra é mais barata, a tecnologia flui com maior facilidade, a migração das plataformas de produção de um parque industrial para outro se faz também com maior facilidade, etc. A consequência é a precarização do trabalho, com introdução da informalidade e aumento do nível de desemprego.

Outra tendência de enorme significado é a utilização da mão de obra feminina, com a marca cultural da remuneração menor que o da masculina.

Os jovens que não estiverem qualificados conseguirão preencher as poucas vagas disponíveis?

Dentre as ocupações geradas para os jovens nos anos 90, o que mais se destacou foram os postos de trabalho por conta própria que sofreu um aumento de 51% enquanto isso o emprego assalariado foi reduzido em 22,8%. [...] Nos anos 90, a População Economicamente Ativa (PEA) juvenil cresceu em 1,3 milhão de pessoas, e neste mesmo período foram criadas apenas 448 mil vagas para os jovens. A consequência foi que o desemprego atingiu aproximadamente 1,8 milhão de jovens e isso representou um fato sem paralelo nos últimos 100 anos. [...] Durante o lançamento do Radar Social, guia organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo admitiu que o programa Primeiro Emprego “não decolou”. De acordo com os estudos do Ipea, a taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 19 anos subiu entre 1993 a 2003 de 13% para 23% (POCHMANN, 2000, p. 35).

Cabe levar em consideração que esta elevada taxa de desemprego se mantém apesar do adiamento de entrada no mercado de trabalho dos jovens de 15 a 19 anos

Como já ficou dito, a classe trabalhadora de hoje é diferente da existente em meados do século passado, já que profissões que nem existiam há 20 anos hoje se tornam as mais procuradas, em função de mudanças culturais e padrões de consumo. Não que as profissões existentes desde o século passado tenham desaparecido por completo: registra-se redução na procura por algumas profissões, enquanto apresentam forte demanda profissões ligadas à tecnologia da informação (como administrador de redes de dados em toda a sua concepção, desde a manutenção física e digital), assim como a novas tendências de administração móvel de dados.

O gerenciamento da carreira de um profissional não cabe mais à empresa e sim ao próprio profissional. Deve funcionar como uma organização, que necessita de investimento, de gerenciamento, de administração e empreendedorismo, e precisa ser construída a partir de vivências, experiências, muito estudo e aprendizado diversificado (FARIA, 2009, p. 7).

Outra área com oportunidades de crescimento é a de saúde relacionada à qualidade de vida, em função do envelhecimento populacional, processo que requer maiores cuidados para que, apesar da idade, os integrantes das faixas etárias mais avançadas mantenham-se saudáveis. Formações voltadas à pesquisa gerontológica e ao tratamento de idosos, novas tecnologias e medicamentos, cuidadores e atividades profissionais às quais antes se recorria no final da vida passam agora a serem procuradas em caráter preventivo e de embelezamento.

A governança e a transparência das organizações e mais especificamente a área de auditoria financeira passam a ser a mola propulsora da valorização da área financeira. Diante grandes e recentes escândalos financeiros no mercado internacional, envolvendo bancos e seguradoras, mais e mais empresas passam a tomar cuidado redobrado com sua área financeira, tomando medidas proativas para permanecer imunes a estes problemas.

Estudos da Fundação Instituto de Administração (FIA) de 2010 relacionam grandes transformações estruturais no Brasil com novos profissionais e mesmo com o surgimento de novas profissões. Os setores mais promissores são aqueles ligados a:

- preocupação com o meio ambiente (engenharia ambiental, engenharia de alimentos, engenharia agrônômica e engenharia de materiais);
- globalização (relações internacionais, administração de empresas, direito e economia);
- qualidade de vida (lazer e turismo, psicologia e educação física);

- virtualização (administração de empresas e engenharia da computação);
- envelhecimento da população (farmácia-bioquímica e enfermagem).

Especificamente para o Brasil, no curto prazo, é necessário se avaliar o cenário interno, onde eventos como a descoberta dos depósitos petrolíferos das camadas de pré-sal e a preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, são estímulos para profissões voltadas ao atendimento das necessidades destas áreas, como petróleo e gás, turismo, hotelaria, construção civil e serviços de uma maneira geral. Turismo e hotelaria ficaram em evidência não só devido ao maior fluxo de turistas durante os períodos de competições internacionais, mas também por que há um aumento de demanda por profissionais destas áreas graças à mudança de conjuntura econômica.

Não é necessário reafirmar a característica de longevidade de algumas profissões, enquanto ocorre desaparecimento natural de outras, ou mesmo os ajustes em função de novos cenários.

Em função da permanente abertura dos mercados internacionais profissões antigas como Administração e Direito continuam valorizadas em função de novos negócios e legislações entre países que carregam em seu bojo ou são carregadas pela necessidade mundial por alimentos o que traz a necessidade de novos profissionais na área de alimentos, profissão esta que a pouco mais de 30 anos não existia, sem considerar que apesar do aumento da população mundial, em países desenvolvidos, as famílias passam a ser cada vez menores. Como consequência disto, falta no seio da família, aquelas pessoas que deveriam cuidar de seus velhos, ficando o cuidado deste a um novo profissional, atualmente conhecido como cuidador.

Assim, enquanto algumas profissões ganham longevidade, graças novas tecnologias, aperfeiçoamento e racionalização de processos, outras tendem a desaparecer. Ao jovem resta o grande desafio de conciliar suas intenções de formação com o potencial da profissão para o futuro, pois desta decisão dependerá seu engajamento profissional.

2.2 A EMPREGABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA

O desenvolvimento de pessoas e de carreiras tem hoje nova visão dentro do cenário mundial, em função das mudanças tecnológicas e também dos métodos de

gestão das organizações. Para isto, o sujeito que vende sua força de trabalho, independentemente do nível hierárquico ocupado em uma organização, precisa atender aos requisitos de qualidade do cargo, necessitando para isto ter maiores habilidades, gerais e técnicas.

A transformação do mundo do trabalho passou a exigir do trabalhador um novo perfil, e o desenvolvimento profissional precisa algo mais do que obter conhecimento e habilidades. A garantia de empregabilidade passa também por mudança de hábitos e atitudes, adoção de novas idéias, prática de inovação e da criatividade.

A empregabilidade não está baseada somente em qualificação técnica, mas também em vetores sociais.

Não nos esqueçamos de que o exemplo da liderança vale também para o mecânico industrial: damos curso de matemática, de medição de mecânica a um indivíduo e o colocamos a trabalhar numa situação de grupo social complexa, ao lado de uma eletricista, os dois frente a um operador que não gosta muito da “turma da manutenção” e os três numa empresa cuja cultura só reforça a comunicação através da hierarquia, e que valoriza a produção acima de qualquer aspecto. O exercício de uma função, de uma profissão ou de uma organização do trabalho são exercícios coletivos e como tais devem ser tratados. Passamos toda a manhã tentando atribuir ao indivíduo responsabilidades nas questões do emprego, empregabilidade e competência. A meu ver são vetores sociais que devem ser tratados como tais, em toda a sua amplitude (CASALI, 1997, p. 108).

Empregabilidade significa se tornar atrativo para a empresa. O sujeito deve tomar consciência de que é um produto e de que só despertará o interesse do seu potencial “comprador” se atender aos requisitos definidos por este como essenciais, não como objeto, mas como força de trabalho. Como “produto”, deverá atender a determinados requisitos de desempenho, como criatividade, produtividade e relacionamento pessoal, caso contrário será preterido por seu potencial “comprador”, o empregador ou o contratante de seus serviços.

Um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e mesmo econômica contribuem decisivamente para esta situação individual (CASALI, 1997, p. 33).

As crises econômicas, com conseqüente precarização da mão de obra, o crescimento do desemprego provocado por mudanças tecnológicas e organizacionais fazem com que o trabalhador atual necessite de outras habilidades, diferentes daquelas da época do taylorismo e do fordismo. Habilidades como flexibilidade, multifuncionalidade e disposição para cooperar, assim como o aperfeiçoamento permanente permitirão ao sujeito a manutenção de sua empregabilidade e o desenvolvimento de sua carreira.

O trabalhador de 50 anos atrás, ao desenvolver a atividade a ele atribuída, tinha que atender a critérios importantes na época, como pontualidade, assiduidade e respeito à hierarquia, e certamente poderia garantir seu emprego na mesma organização até o momento da aposentadoria. Uma condição diferente de hoje, por causa de constantes fusões e aquisições entre empresas, ou mesmo de encerramento de atividade devido ao cenário econômico ou desatualização tecnológica.

Pontualidade e assiduidade ainda são importantes, mas não os únicos requisitos a serem atendidos. Atualização permanente e adequação a novas necessidades permitirão ao sujeito que vende sua força de trabalho continuar concorrendo com os novos profissionais. Também em função do envelhecimento populacional e do conseqüente retardamento do período de aposentadoria, o trabalhador atual consegue manter-se na ativa por mais tempo.

A educação, antes tratada de forma desconectada da vida profissional, passou a ser um dos fatores referenciais para planejar, acelerar e reformular carreiras. As instituições formais de ensino, as empresas de treinamento e as consultoras foram obrigadas a iniciar um processo de revisão de seus paradigmas, passando de autoridades no assunto a condição de fornecedores interessados em ouvir seus clientes. [...] Paralelamente, a aceleração das mudanças tecnológicas jogou mais lenha na fogueira, aumentando as necessidades de novos conhecimentos para os trabalhadores de todos os níveis, em todos os setores econômicos. Neste contexto, conhecimentos e habilidades são cada vez mais atingidos pela obsolescência. O que aprendemos ontem, talvez, não tenha (a mesma) utilidade amanhã (CASALI, 1997, p. 190).

Assim, surge um paradigma. A manutenção da empregabilidade existirá, caso o sujeito consiga atender aos requisitos do mercado, que se alteram de acordo com os novos cenários econômicos e tecnológicos. Ele deve se adequar a estes novos cenários, mesmo que para isto não utilize modelos tradicionais de aprendizagem: em um cenário no qual o trabalhador está velho aos 45 anos, mas está jovem para a aposentadoria, como fazer para manter o emprego, que poderia nem existir?

Se há 50 anos esta preocupação não existia, pois bastava fazer seu trabalho que a aposentadoria estava garantida, hoje isto pode não ser totalmente verdade.

O jovem de hoje, candidato a trabalhador do futuro mesmo antes de iniciar seus estudos para obter sua formação profissional, deveria montar um planejamento estratégico para gerenciamento de sua carreira, analisando não só o potencial atual, mas também o que poderá ocorrer com ele no futuro, considerando fatores que antigamente não causavam nenhuma interferência. Quais são as possibilidades de crescimento vertical ou horizontal que existem para sua formação? Quais são as áreas de atuação? O cenário geográfico poderá interferir em sua empregabilidade? Conseqüentemente, ele

precisa estar familiarizado desde já com todos os fatores que podem interferir ou influenciar a escolha.

Como permitir ao trabalhador atual sua atualização? A mesma pode ser uma responsabilidade compartilhada com a empresa, porém com uma parcela de responsabilidade muito maior do próprio trabalhador. E o jovem? Será permitida a ele a possibilidade de receber esta orientação antecipadamente, de forma a poder optar por algo que lhe seja mais adequado? Ou a ele será apenas imposta uma escolha baseada na situação sócio-econômica da qual faz parte?

2.3 A ESCOLHA DA PROFISSÃO

Segundo Silva (2011, p. 23), “[...] na escolha de uma profissão, a realidade socioeconômica pode entrar em conflito com os desejos”. O jovem, no final de sua adolescência, passa por momentos de desejo, ansiedade, insegurança e incertezas, querendo ser o que, na realidade, não sabe se vai ser. Mesmo que por vezes esteja distante do que se passa no seio de sua família, tem capacidade para avaliar quais são suas capacidades e limitações.

Este momento pode ser crítico para o jovem, pois, da mesma forma que tem consciência da necessidade de um bom desempenho nos estudos, também passa pelo momento de necessidade de afirmação, em que seus interesses não podem ser sobrepostos às recomendações familiares, que para ele são ordens que nem sempre quer cumprir.

Da mesma maneira que por vezes demonstra sua rebeldia, não aceitando as imposições familiares, também se revela contrário à obrigatoriedade dos estudos. Esta etapa passa a ser crucial em sua vida: tem consciência de que, se não estudar, seu sucesso futuro estará comprometido, sendo isto válido para jovens de todas as camadas sociais.

A rebeldia poderá causar prejuízos para o resto da vida, devendo o jovem neste momento contar com o apoio e a orientação de sua família, que deverá manter as rédeas da situação para que não ocorra o abandono dos estudos. É neste momento da vida que os questionamentos surgem. Para que eu preciso aprender isto? Para que eu vou utilizar isto na minha vida? Estas são algumas questões, entre outras não menos importantes.

Nesta fase de indecisão e rebeldia, a família surge como guardiã, para que, mesmo não aceitando a imposição dos estudos, o jovem continue a estudar. Nesta

situação, uma família presente terá oportunidade de identificar quando surge a recusa aos estudos e de corrigir a rota, de forma que o jovem não os abandone. Com esta interferência, poderá contribuir ou não para a reprodução de sua classe social.

O pai é o sujeito e o instrumento de um projeto (ou melhor, de um conatus) que, estando inscrito em suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente, em e por sua maneira de ser e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem (BOURDIEU, apud NOGUEIRA, 2004, p. 141).

Embora a citação se refira à orientação para a reprodução de sua classe social, não deixa de ser adequada para sustentar que, estando a família (o pai) presente e atento, no momento em que o filho se revela contra os estudos, irá contribuir para que este fato não ocorra, permitindo a este jovem rever seu estado de espírito e continuar seus estudos de forma a não se tornar um fracassado perante sua classe social.

Isto é válido para qualquer camada da população, visto que são comportamentos relacionados à faixa etária em que se encontram. Qualquer pai pode interferir neste processo. Bourdieu (apud NOGUEIRA, 2004) afirma: “Assim, estudos mais recentes defendem a tese de que é necessário que o herdeiro aceite herdar a herança.” O que significa dizer que, para a classe social mais elevada, os filhos deverão ter desempenho ou formação adequadas, de maneira a manter sua posição social, não havendo uma exigência pela escolha da profissão, pois não há uma interferência em sua trajetória escolar. Já para a classe média, existe uma indicação forte para construção e manutenção de uma trajetória social, com a indicação da necessidade de uma formação superior. Para as classes menos favorecidas, há um forte apelo, da parte da família, para a definição desde cedo pela escolha de uma profissão.

Em síntese, neste momento de indecisão e insegurança, o jovem — que, por sua imaturidade, transforma isto em rebeldia — precisa ser estimulado e motivado a continuar os estudos de forma a obter seu sucesso. Nesta tarefa, não cabe apenas aos pais, mas também a outros atores, contribuir para que todos não se percam — afinal não será possível atender a 100% dos jovens.

Assim, instituições de ensino, professores e outros atores sociais também devem demonstrar aos jovens que o estudo não é obrigatório, mas necessário para a obtenção, para aqueles que não o têm e para a manutenção daqueles que já as possuem, de um padrão de qualidade de vida adequada ou dentro de seus sonhos.

O apontamento das mudanças estruturais de um mundo globalizado e as novas exigências de mercado, como antes descritas, poderão contribuir para o convencimento dos jovens à continuidade de seus estudos, apesar de sua contrariedade.

2.4 FATORES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A ESCOLHA

A alteração contínua das formas de trabalho e a automatização das mais diversas atividades, com aumento contínuo de produtividade, têm contribuído para uma oferta de emprego cada vez menor. O jovem, por sua vez, precisa receber a orientação de como se comportar perante este cenário.

Conforme já vimos, o mercado de trabalho é uma “entidade” sujeita a inúmeras e variáveis determinações. Em função disso, apresenta-se fluido e dinâmico. Nada mais enganoso do que permanecer durante, quatro, cinco ou seis anos na universidade e, ao sair de lá, esperar encontrar as mesmas condições no mercado de trabalho. Nunca é de mais, portanto, chamar a atenção para a falácia de se procurar ajustar a universidade ao mercado de trabalho. Muito mais legítimo seria adequá-lo à universidade, no sentido de que as pesquisas realizadas por essa instituição pudessem mostrar os caminhos mais adequados a uma verdadeira aplicação das profissões na direção do bem comum (WHITAKER, 1997, p. 53).

O ambiente acadêmico deve estar em perfeita sintonia com as necessidades e atualidades do mercado de trabalho, mas não é o único que pode contribuir no processo de escolha da profissão, já que são vários os grupos de interesse que podem ter participação neste processo.

Os grupos de interesse (família, pais, amigos, professores) precisam observar as características do jovem, principalmente porque em função de sua qualificação inicial, não se garantirá a ele o atendimento aos requisitos de empregabilidade ditadas pelo mercado de trabalho.

O jovem precisa estar preparado e consciente de que não basta a formação, já que a empregabilidade está relacionada a diversos critérios, dentre os quais os já mencionados anteriormente. Minarelli (1995, p. 49) lembra outros: “Adequação vocacional, competência profissional, idoneidade, saúde física e mental, reserva financeira, fontes alternativas e relacionamentos.”

Assim, é possível afirmar que os jovens, principalmente aqueles que residem em regiões metropolitanas, têm encontrado cada dia mais dificuldades para inserção no mercado de trabalho. Quando não se submetem ao subemprego, acabam por representar um dos grupos mais sujeitos ao desemprego: a população de 16 a 24 anos é o grupo social mais atingido pelo fenômeno. Na Região Metropolitana de São Paulo, em 2009, quase metade dos desempregados está inserida nesta faixa etária: “Um exemplo

são as oportunidades criadas pela presença maior de jovens no total da população do que nos estados mais abonados. Enquanto quase 28% dos membros da classe D tem até 16 anos, a proporção na A é inferior a 17%” (CAETANO; AGOSTINI, 2009, p. 35).

Qual o caminho a seguir? A antiga prática da carteira assinada, procurando galgar os vários cargos dentro da pirâmide organizacional? Pode parecer prematuro para que o jovem faça esta avaliação, mas será que esta orientação não pode ser colocada para análise?

Afinal, se gosta de química, precisa saber quais são os caminhos e as possibilidades de carreira, o tempo médio que deve passar em cada um dos níveis hierárquicos ou os requisitos necessários para o desempenho de atividades nesta área de formação — e se estes requisitos se adaptam a sua personalidade ou expectativa profissional. Se escolher a área acadêmica, o jovem, agora professor, precisa ter conhecimento da necessidade de constante atualização, para que, no futuro, seus alunos que estudam e trabalham na área de sua disciplina não estejam mais atualizados que ele. Por outro lado, se sabe que poderá se encaminhar para a área de pesquisa, deve trilhar um caminho muito mais longo que a graduação.

Se nada disto o atrai — carreira executiva, professor, ecologia —, o jovem pode ser dono de seu próprio negócio, por mais modesto que este seja. Estarão os responsáveis por sua orientação, preparados para explicar qual o funcionamento deste negócio, o chamado “empreendedorismo”, sem nunca o terem feito?

Pode parecer difícil identificar em um jovem as características de empreendedor. Mas deve-se considerar que, se durante o período de sua adolescência ele manifesta interesse por outros assuntos que não os tradicionais de sua faixa etária, se em rápidas conversas com os grupos de interesse, demonstra curiosidade em relação ao tema empregabilidade e ao futuro profissional, poderá não ser muito difícil encontrar nele as características do empreendedor citado por Aidar (2007, p. 14):

Muitas pesquisas procuram identificar quais são as características ou atributos comuns aos empreendedores bem sucedidos, geralmente sem obter êxito. Para Bygrave (1994), atualmente sabemos que não há um conjunto de atributos estabelecidos que nos permita distinguir empreendedores de não empreendedores. Kuemmerle (2002), entretanto, após analisar 50 negócios de diversos ramos em estágio inicial (*startups*), em 20 diferentes países, identificou as seguintes características dos empreendedores bem-sucedidos: sentem-se confortáveis em quebrar regras; estão preparados para fazer inimigos poderosos; têm paciência para começar pequenos; apresentam disposição para mudar a estratégia rapidamente; sabem tomar decisões e fechar acordos.

Teremos sempre o direito à dúvida. Se o jovem exhibe toda a sua insegurança no momento da escolha, por falta de orientação, se não demonstra conhecimento sobre as atividades que irá desempenhar com aquela formação, se poderá centrar sua escolha baseado na facilidade e/ou familiaridade com a disciplina do Ensino Médio, como se pode exigir dele a visão de carreira, empregabilidade ou empreendedorismo?

Concretamente, existem muitas outras possibilidades de vender a sua capacidade de solucionar problemas ou, se preferir, de obter trabalho e rendimentos. [...] Uma delas é o autoempresariamento. O profissional pode ser *freelancer*, consultor associado ou independente, prestar serviços temporários, trabalhar por projeto, risco ou participação nos resultados, ser autônomo ou abrir uma microempresa, pequena estrutura para gerar o próprio emprego. [...] Outra forma é criar uma pequena ou média empresa, algo que funciona e cresce em função da visão de mercado e da capacidade financeira disponível. Além de seu próprio trabalho, o empreendedor gera emprego para mais pessoas, os seus colaboradores. Existe também o sistema de franquia, que permite iniciar um negócio com grande chance de sucesso (MINARELLI, 1995, p. 28).

Não se pode nem se deve exigir que o adolescente por si só domine estes conceitos, mas deve-se dar a ele o direito de conhecê-los. O objetivo deste trabalho é identificar se os jovens conhecem estes conceitos. Só desta forma é que poderão fazer sua escolha de formação de forma segura.

Através de uma orientação adequada por parte daqueles que têm o conhecimento é que o jovem poderá fazer com segurança a escolha de sua formação, sem arrependimentos futuros ou — o que normalmente se observa — transferência para cursos similares após a frequência a um ciclo básico. Ou o pior, que é muito frequente: o trancamento de matrícula e o esforço repetitivo de um novo processo de seleção para um curso totalmente diferente. Isto pode não fazer diferença para jovens de classe social elevada, que não necessitam tirar do próprio bolso o dinheiro para pagamento dos custos desta formação, mas certamente fará diferença para jovens pertencentes a classes sociais com menor poder aquisitivo.

Entretanto, independente da classe social, com mais ou menos participação dos grupos de interesse, a decisão precisa ser tomada. O final do Ensino Médio se aproxima e com ele o vestibular; em alguns casos, este pode ser substituído pelo processo seletivo, o que, mesmo assim, remete a uma concorrência.

Se antes de aprovado, o adolescente precisa decidir-se pela carreira que vai seguir, a angústia aumenta tanto quanto as cobranças por parte da família e dos amigos.

Convém não esquecermos que o indivíduo que faz uma escolha vocacional é quase sempre um adolescente, ou um adulto jovem, ainda em desenvolvimento intelectual, emocional e/ou social, ainda em desenvolvimento psicológico. Infelizmente, por pressões prematuras ou irrealistas, por conveniências sociais, ou pela estrutura inadequada do sistema

e da estrutura educacional, esse jovem é levado — se não obrigado — a fazer escolhas vocacionais e tomar decisões ocupacionais prematuras, quando não está pronto para fazê-lo por não estar suficientemente maduro (MELLO, 2002, p. 108).

Nessa situação, como em todo relacionamento humano, há chances de se encontrar pessoas com as quais nos adaptamos com facilidade e outras nem tanto. Uns contribuem, outros não dão importância, não auxiliando em sua decisão. Quem são os vilões que reforçam as pressões exercidas para que o jovem decida o que será no futuro? Quem contribui positivamente na escolha? Quem procura ajudar? Ou quem decide por ele? (MELLO, 2002).

Segundo Minarelli (1995, p. 69), um dos pilares de sustentação da empregabilidade são os relacionamentos:

Quem conhece pessoas adquire informações e quem tem informações tem acesso. Acesso a informações são a garantia de um diálogo mais produtivo e de um provável negócio. [...] Logo, outro grande patrimônio de um profissional é seu relacionamento. [...] O relacionamento pode parecer uma coisa fantástica, mas nós o tecemos a vida inteira, aos poucos. Desde que nascemos eles vão se estabelecendo, vamos conhecendo pessoas, formando vínculos e interagindo com elas. [...] Uma pessoa cuidadosa registra seus relacionamentos, cultiva-os, mostra-se solidária, atenciosa e prestativa. Assim procedendo, pode valer-se deles sempre que for necessário. [...] Normalmente, por não conhecermos o valor dos relacionamentos, deixamos de registrá-los. E, mesmo que possamos dispor deles, falta-nos coragem de utilizá-los quando chegar à ocasião, isto é, quando for necessário.

Assim, cada sujeito, mesmo jovem, dentro de seu grupo social poderá sofrer influências positivas ou negativas para que tome a decisão sobre sua escolha profissional. Isto poderá ocorrer por desconhecimento, preconceito sobre determinadas áreas por parte daqueles com os quais se relaciona — afinal, não dependerá apenas da vontade dos que foram consultados ou tomaram a iniciativa de discutir sobre o tema, dependerá sobretudo da intenção do sujeito e, como já foi dito, de seu posicionamento socioeconômico.

2.4.1 Os Pais

É possível afirmar que os pais tentam influenciar na escolha, seja porque desejaram isto um dia, seja porque julgam que a profissão ainda tem o mesmo valor que em sua época.

Analisemos a década de 1970. Para os jovens entre 14 e 15 anos iniciarem sua atividade profissional, já que teriam de auxiliar no sustento da família, havia duas opções: ingressar na área administrativa, como *office boy*, ou enveredar pela área industrial.

Na segunda opção, poderia realizar cursos do SENAI, como torneiro-mecânico ou ferramenteiro, ofícios que hoje perderam o brilho com a introdução de equipamentos de controle digital. Outra pequena parcela da população poderia optar por escolas técnicas públicas, tão concorridas quanto os vestibulares da época, onde existiam poucas opções de formação superior, a não ser em universidades públicas.

Os pais que julgam que a profissão daquela época tem hoje o mesmo valor podem incorrer em um erro. Isto pode não ser mais verdade, e talvez façam uma indicação errada a seu filho.

Por outro lado, em famílias de nível econômico mais elevado, o inverso pode ocorrer, já que os pais por vezes não gostam do que fazem ou da sua profissão em si. Desta forma, tendem apenas a ressaltar os aspectos negativos desta formação, induzindo os filhos a não a seguirem (WHITAKER, 1997).

E não teriam estes filhos mais aptidão a esta formação do que os próprios pais? Será que, pelo fato de poderem observar a rotina dos pais, já não fizeram uma análise prévia que lhes deu a segurança da escolha?

Entendemos que os pais influenciam na escolha da profissão de seus filhos de várias formas, apesar de os jovens de nossa amostragem não focarem isto. Uma das formas de influência é a herança direta: se o filho ou a filha herda o negócio de seus pais, parece mais sensato continuar esse negócio. De igual forma, os pais também exercem influência proporcionando a preparação necessária, quando ensinam seu ofício ao filho. Os pais influem nos interesses e nas atividades de seus filhos desde quando pequenos, mediante os materiais que lhes oferecem para brincar, estimulando em determinados interesses, potencializando a participação em determinadas atividades e experiências (TARDELI, 2008, p. 6).

2.4.2 Os Amigos

Se os pais não tomarem a iniciativa de tratar este assunto tão sério com seus filhos, com quem estes o farão? Pode ser que os amigos sejam uma opção. “Esse é o momento em que a companhia, o orientação, as sugestões, os conselhos e as informações de outras pessoas de nosso relacionamento vão ser decisivos!” (MINARELLI, 1995, p. 71).

Claro que a citação deste autor tem a ver com empregabilidade — e o que é a escolha da profissão, senão a escolha da atividade que exercerá no futuro, e quem sabe este amigo de hoje não o continuará sendo no futuro?

Amigo é aquele com quem o jovem normalmente divide suas angústias, expectativas e intimidades, com quem imagina que sempre estará junto e, portanto, em

quem deve confiar. Independente das aptidões e interesses, certamente este “companheiro” o ajudará na tomada de decisão, e se juntos no decorrer do Ensino Médio sempre deram suporte um ao outro, isto também ocorrerá na profissão escolhida. Mas o jovem talvez não perceba que este seu amigo pode ter recebido uma orientação ou investigado sobre o assunto e, portanto, tem embasamento para a escolha. O que pode não ter ocorrido com ele, que está “de carona” nessa escolha.

A escolha de uma formação errada poderá causar impacto, possivelmente por toda a sua vida. No mínimo, se houver adequação profissional, é a formação que dará suporte em sua carreira. Portanto, para jovens de classe econômica menos favorecida, que na maioria das vezes terão que garantir o pagamento desta formação, não pode haver erro, pois o prejuízo financeiro será grande e possivelmente irreparável, em particular se não houver possibilidade de troca ou realização de outro curso.

2.4.3. Os Profissionais da Área

Desconsiderando a possibilidade de seguir as profissões dos pais, seja por influência destes, seja por inspiração dos filhos, e considerando ainda que tais profissões, em sua grande maioria, estão ligadas a carreiras liberais, como medicina, advocacia, publicidade, etc., conforme a predominância apontada em pesquisa conduzida por Bock (2006), esta não é a orientação em questão, pois se desconsideram neste caso a orientação dos pais.

Aliada à aptidão por determinadas áreas de atuação e/ou facilidade em certos temas escolares, o jovem procura orientação diretamente com profissionais da área de interesse, podendo isto se manifestar mesmo antes da adolescência. Aqui cabe um parêntese, para citar Warren Buffet, o megainvestidor norte-americano quando fala de si mesmo para Alice Schroeder, a autora de sua biografia intitulada *Snowball*.

Warren chegava com seu tio-avô paterno, Frank Buffett, e seu tio-avô materno, John Barber. “O tio Frank era extremamente pessimista em relação ao mundo, enquanto o tio John era extremamente otimista. Eu me sentava entre os dois, e eles meio que disputavam minha atenção, cada um tentando me convencer de que estava certo. Não gostavam um do outro, então não se falavam, mas conversavam comigo, no meio. Meu tio-avô Frank achava que tudo no mundo estava prestes a desabar” (“EU SEMPRE SOUBE...”, 2008).

Voltando ao assunto, a observação pelo jovem de atividades profissionais sendo desenvolvidas poderá levá-lo a pesquisar sobre o tema nos bancos escolares, na internet, no seio da família ou diretamente, com profissionais da área.

Fato relevante para facilitar a interlocução entre o aluno e o profissional da área é o papel que as instituições de Ensino Médio desempenham, ao promover “feiras de profissões”, de forma a facilitar a relação ou a troca de informações a respeito das profissões. Ou seja, contrariando os dois primeiros itens, pais e amigos que podem influenciar a uma escolha errada, neste item tem início uma escolha mais fundamentada na aptidão ou na facilidade com o tema, acrescidas do conhecimento adquirido através do contato com profissional da área, que certamente poderá esclarecer melhor a realidade do seu trabalho, assim como a continuidade e o crescimento da carreira.

2.4.4 A Orientação Escolar

Lemos (2001) aponta a orientação escolar como um dos itens de maior importância para facilitar o trabalho de escolha profissional pelo jovem. Pesquisa realizada por este autor aponta que o jovem se sente sozinho neste momento, e que a instituição escolar deve não só dar a informação sobre a profissão, mas também proporcionar uma informação com qualidade, sendo novamente a “feira das profissões” apontada como importante na melhoria da qualidade das informações, pois o contato com profissionais que já exercem a função poderá aclarar a névoa existente à frente do jovem.

Se o banco escolar é onde vamos procurar conhecimento, se é onde procuraremos qualificação para a profissão futura, a saída talvez esteja na instituição escolar, que poderá contribuir para que o aluno escolha com qualidade seu futuro profissional, sendo que este passa pelo reconhecimento que terá com a instituição por facilitar esta decisão e, conseqüentemente, fará a indicação para que outros participem do mesmo programa.

Para situar esse componente curricular pode-se inicialmente conceituar a Informação Profissional como “todo tipo de informação relativa a qualquer posição, profissão ou ocupação, que forneça informação potencialmente útil a uma pessoa que está escolhendo uma ocupação” (MELCHIOR et al., 1977, p. 13).

2.4.5 Os Salários

Muitos são os pais que, não contentes com a profissão escolhida, apenas apontam seus aspectos negativos (WHITAKER, 1997). Mas há uma contradição: continuam na profissão por causa dos ganhos elevados.

Para aqueles cujos pais não tiveram a oportunidade de escolha de uma profissão rentável, em função de seu posicionamento socioeconômico, o vislumbre de profissões com ótima remuneração podem levar o jovem à falsa impressão de que sejam interessantes. Será mesmo? Esta discussão é feita na pesquisa de Denise D’Aurea Tardeli:

Há outro tipo de adolescente que quer ser mais prático, e a escolha implica descobrir os tipos de profissão nos quais haja mais emprego e os que pagam mais. Tais opções estão baseadas principalmente em motivos econômicos, em interesses pessoais de seus projetos de vida (TARDELI, 2008).

Será que a busca por um ótimo salário permitirá ao jovem escolher a profissão mais adequada? Será que apenas com esta visão terá a oportunidade de escolher a profissão mais adequada? Ou isto poderá causar certa miopia, impedindo que visualize a carreira que mais esteja adequada às suas características pessoais?

2.4.6 O Desempenho Escolar ou o Gosto pelo Assunto

Quantas pessoas não foram estudar Física apenas porque gostavam da disciplina no Ensino Médio? Ou porque havia campo de trabalho além da carreira acadêmica (Whitaker, 1997)?

Em muitas outras áreas de atuação, podem ser utilizados os conceitos e técnicas aprendidos em um curso superior de Física. A questão é: o jovem foi informado sobre isto? Apenas a facilidade ou o gosto que tem pelo assunto serão suficientes para a tomada de decisão?

Os interesses podem variar de indivíduo para indivíduo, porém não só o gosto por determinado tema pode ser preponderante para a tomada de decisão. É necessário ao jovem ter conhecimento da aplicabilidade prática dos conceitos e técnicas para que saiba qual será sua área de atuação. Ao tomar conhecimento desta, talvez sua opinião ou decisão venha a sofrer alteração.

2.4.7 A Qualidade de Vida

Nos centros urbanos, isto é quase uma utopia, mas não se deve esquecer que pode ser possível. Mais possível ainda se a profissão for desenvolvida fora dos centros urbanos, o que significa mudança de comportamento e estilo de vida e que o adolescente precisa ser informado disto.

Fazer um curso de ecologia para preservar as florestas significa ter que viver na floresta? Lutar contra a extinção de animais pode ser uma profissão exercida por quem, por acaso, não gosta de animais? Estudar o meio ambiente com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nos grandes centros urbanos exige que o profissional resida nos grandes centros urbanos?

Com a descentralização industrial, a qualidade de vida, por exemplo, poderá por vezes ser conquistada com profissões tradicionais, executadas em cidades menores, porém próximas de grandes centros. Portanto, não haverá necessidade de uma formação profissional radical para que isto ocorra.

Fica a dúvida se o jovem do meio ambiente urbano já está preocupado com a qualidade de vida, ou se a qualidade de vida, para ele, é a agitação urbana, coisa que não irá encontrar fora dos grandes centros urbanos.

Enfim, para a obtenção da qualidade de vida harmoniosa, o jovem, após sua formação, deverá buscar o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, seja vivendo no caos urbano, seja na tranquilidade do campo — e, se este é o lugar em que ele gostaria de estar, poderia direcionar a escolha para profissões cuja tendência de atuação esteja fora dos grandes centros.

Assim como as demais alternativas, para isto precisará de uma orientação técnica vocacional e profissional. Se vive em área urbana, a relação com um profissional da área será mais difícil, com a ausência deste profissional em seu meio.

2.5 PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

A origem da orientação vocacional data do início do século XX na Europa, com a criação do Centro de Orientação Profissional de Munique, no ano de 1902 (GRINSPUN, 2010), que tinha como objetivo principal o aumento da eficiência

industrial, baseado na detecção da inaptidão de determinados trabalhadores, de forma a evitar a ocorrência de acidentes.

Mas o grande marco da orientação profissional situa-se entre os anos de 1907 e 1909, com a criação nos Estados Unidos do primeiro Centro de Orientação Profissional norte-americano e a publicação do livro *Choosing a Vocation*, escrito por Frank Parsons (GRINSPUN, 2010). Segundo Grinspun (2010), além de fundador deste centro e autor do livro, Parsons definia a existência de três passos a serem seguidos durante o processo de orientação profissional: análise das características do indivíduo, análise das características das ocupações e cruzamento destas informações.

No Brasil, em 1924, é criado o Serviço de Seleção e Orientação Profissional para alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (GRINSPUN, 2010).

O grande salto ocorreu na década de 1940, com a criação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e, no final da mesma década, com a criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (Isop), que se pautou pela idéia de que o papel do orientador profissional é fazer diagnósticos, prognósticos e indicações de ocupações para cada indivíduo.

Outras referências existem sobre o tema. Vários estudos, pesquisas e teorias foram desenvolvidos, sendo a mais recente a de Bock (2006), que propõe uma nova abordagem sócio-histórica, tendo como base teórica as idéias de Vigotsky de que o indivíduo se desenvolve através da relação dialética com o meio sociocultural em que vive.

Neste cenário histórico, diante dos serviços de orientação vocacional ou profissional disponíveis ou oferecidos, seja por instituições públicas, seja por empresas privadas e órgãos de classe, fica a dúvida: que oportunidades terão os jovens de fazer uma escolha profissional correta?

Na realidade em que vivemos e com a cobrança permanente por parte da sociedade por resultados e — porque não dizer? — pela cobrança prematura por parte da família (WHITAKER, 1997; MELLO, 2002), o jovem se vê obrigado a decidir sobre seu futuro profissional logo cedo, em função da obrigatoriedade que tem de escolher qual a carreira de nível superior quer seguir.

O incômodo já mencionado também surge neste momento. Em meu círculo social, observo a pressão dos pais para que os filhos tomem a decisão de sua formação. Por vezes, mesmo no ensino superior, sou questionado por alunos sobre o caminho a seguir com a formação escolhida. A pressão surge da família, no comparativo com o círculo de amizades, e certamente por uma cobrança da instituição de ensino. “Quando

falamos em sociedade devemos considerar a família, os amigos, a instituição de ensino em que estuda o professor do Ensino Médio, entre tantas outras cobranças ou expectativas criadas” (GRINSPUN, 2010).

Temos que levar em consideração que, em boa parte, estes jovens, na maioria originários de escolas públicas, terão dificuldades para continuar no ensino público, em função da qualidade dessa modalidade de ensino, salvo raras exceções, ou, mesmo após o Ensino Médio, em sua maioria, deverão trilhar o caminho da faculdade privada, tendo por isso que criar alternativas de custeio para esta formação, alternativas estas que em geral não passam pela formação profissionalizante durante o Ensino Médio.

Desta maneira, além de ter que decidir qual carreira seguir, também estarão iniciando sua vida profissional em uma área, muitas vezes não coincidente com a formação escolhida (WHITAKER, 1997; MELLO, 2002). A grande dificuldade estará na obtenção deste equilíbrio em um momento crucial como este, já que dificilmente conseguirão alterar sua escolha, devido aos desembolsos possivelmente já realizados.

Para que o jovem consiga, em um só tiro, acertar a atividade que lhe dá prazer e ainda o rendimento esperado, precisa ainda ponderar sobre os pontos relativos às diversas profissões, identificando antecipadamente aquelas que são atualmente reconhecidas, mas que podem estar a caminho da saturação e, conseqüentemente, de maior dificuldade no encontro de emprego. Para isto, deve considerar algumas hipóteses.

- Com o mercado saturado, fica mais difícil conseguir um bom emprego.
- É necessário se especializar para poder entrar no mercado.
- O sucesso profissional pode existir independentemente do sucesso financeiro.
- Muitas vezes, é preciso muita persistência e determinação para ser bem-sucedido.

É importante ainda mencionar que, a cada momento, as áreas de recrutamento e seleção das empresas reclamam da falta de profissionais com qualificação. A cada dia, aumenta o nível de exigência, ou os profissionais não apresentam as qualificações mínimas necessárias. Se, além disso, o jovem ainda não gostar por que optou, é possível que não consiga sucesso no campo escolhido. Reforçando isto, destaca-se o não realizado nas fases anteriores.

De outra parte, estudiosos como Bourdieu, Passeron e Nogueira discutem a especificidade da escolha da profissão nas classes mais abastadas, comprovando por

meio de suas pesquisas a influência marcante que exercem as famílias na definição da profissão de seus filhos, como será tratado a seguir.

Capítulo 3 – O QUE O JOVEM DE HOJE PENSA DE SUA ESCOLHA PROFISSIONAL E SEUS DETERMINANTES

3.1 A PRODUÇÃO DA PESQUISA

Como descrito na introdução deste trabalho, o interesse pelo assunto surgiu em função de minha trajetória de educação formal, que foi conduzida como normalmente ocorria com os jovens de classe operária na década de 1970. Desta maneira, fui conduzido à formação técnica operacional, sem que para isto tivesse recebido a orientação adequada do que poderia ser o meu futuro profissional — afinal, para a classe social da qual fazia parte, o importante era ter uma profissão.

A intenção inicial era realizar a pesquisa em seis instituições de ensino, sendo 50% na rede pública e 50% na rede privada de ensino, com duas instituições no município de Santo André, duas em São Bernardo do Campo e outras duas em São Caetano do Sul, porque estes municípios representam a maior parcela da região do ABC, algo por volta de um milhão e oitocentos mil habitantes.

No decorrer do curso, fui percebendo, no contato com outros alunos e principalmente com os professores, que isto poderia ser difícil. Não pelo trabalho que poderia representar, mas pelas dificuldades que poderiam ser colocadas pelas instituições, através de seus gestores, pois é senso comum o fato deste tipo trabalho não ser facilitado, visto não terem apreço pela exposição de sua metodologia de trabalho, por razões que extrapolam o objetivo desta pesquisa.

As dificuldades começaram a ser comprovadas já nos primeiros contatos telefônicos. Dei início aos trabalhos pelo município de São Bernardo do Campo, e a intenção era realizar a pesquisa com duas instituições localizadas na mesma avenida, uma em frente à outra, já que desta forma poderia obter informação de uma população de jovens residentes na mesma região geográfica, mas oriundos de classes sociais diferentes. Já no primeiro contato as dificuldades surgiram. A gestora da instituição privada não permitiu a realização da pesquisa, com o argumento que este tipo de trabalho só é permitido para ex-alunos ou parentes de alunos. Na instituição pública, a situação não foi diferente, pois a gestora também não permitia a realização de pesquisa;

neste caso, houve a indicação de outra instituição localizada no mesmo bairro, cuja gestora permitia a realização da pesquisa. Isto demonstra que, mesmo numa instituição pública, as decisões passam pelo modelo de gestão adotado.

Diante da recusa pela primeira instituição privada, iniciei a procura por outra instituição, de preferência no mesmo bairro, para que pudesse manter o objetivo inicial de encontrar resposta de jovens residentes na mesma área geográfica do município. Por meio de indicação, entrei em contato com a coordenadora pedagógica da segunda instituição privada. Durante vinte dias, aproximadamente, tentei obter permissão para realizar a pesquisa, mas não obtive êxito, visto ter sido atendido pela coordenadora apenas na primeira visita; nas seguintes, apesar de sempre deixar recado, os retornos não vieram. Passei pela área de atendimento da instituição, deixando o modelo da pesquisa e solicitando retorno às minhas chamadas, mas isto não ocorreu.

Depois desta primeira experiência, descartei a possibilidade de realização de pesquisa nos três municípios que havia planejado, pois certamente o calvário seria longo e, provavelmente, não encontraria tempo hábil para concretizar o estudo.

Na terceira instituição privada, a situação não foi diferente. Mantive contato telefônico com a diretora da instituição, que demonstrou muito interesse, mas pediu para que eu oficializasse a solicitação por mensagem eletrônica. Feito isto, não consegui mais nenhum contato com a diretora, também durante aproximadamente 20 dias. Várias foram as mensagens eletrônicas e telefonemas, todos sem retorno.

Após estas tentativas, decidi me manter no município de São Bernardo do Campo, para que pelo menos isto fosse respeitado. Passei a procurar outras instituições privadas, mesmo que não localizadas na mesma área que a instituição pública. Isto finalmente veio a ocorrer perto do final do ano letivo, quando parte dos jovens já havia, por vezes, realizado o vestibular. Todavia, o importante era ter a possibilidade de realizar a pesquisa.

A pesquisa foi conduzida em dois ambientes distintos. A primeira vez, em uma instituição da rede pública localizada no município de São Bernardo do Campo, em bairro residencial circundado por indústrias. A turma escolhida foi a do 3º ano do Ensino Médio, em período noturno, com adesão de 25 alunos. A segunda, em uma instituição da rede privada também no mesmo município, em bairro tradicional, com aproximadamente 50 mil habitantes e também circundado por indústrias, distante cerca de dez quilômetros da instituição pública. A turma escolhida foi a do 3º ano do Ensino

Médio, em período diurno (não há turmas no período noturno da instituição). Contei com a participação de 12 alunos.

Na instituição pública, após alguns contatos telefônicos e por e-mail com a diretora da instituição, ficou definido que o assunto seria conduzido por uma das coordenadoras pedagógicas. Na data programada, compareci à instituição e fui prontamente atendido pela coordenadora pedagógica, que me conduziu até a sala dos professores, onde aguardei a chegada dos docentes do período noturno. Pouco antes do início do horário programado, a coordenadora retornou à sala e me apresentou à professora que deveria me acompanhar na aplicação do questionário. Esta, por sua vez, muito solícita, me informou que a classe na qual seria realizada a pesquisa era uma das mais indisciplinadas, o que foi comprovado na chegada à sala, já que os alunos se comunicavam aos gritos, desconsiderando as solicitações de silêncio feitas pela professora.

Após breve momento de silêncio, a professora informou porque motivo eu lá estava, qual o objetivo e a importância da pesquisa. No instante seguinte, a maioria do grupo demonstrou desinteresse pelo fato. Houve até comentários do tipo “Esta escola não ensina nada e não orienta nada!” quanto ao tema da pesquisa de orientação profissional. Posso afirmar não ser verdadeira esta afirmação: enquanto aguardava o primeiro atendimento pela coordenadora, havia observado, graças a avisos afixados no pátio, que no dia seguinte os alunos iriam à faculdade particular do município, para conhecer os cursos de nível superior ofertados por esta instituição; outros cartazes informavam sobre a feira de profissões em outra universidade particular da cidade, que ocorreria no fim de semana, sendo isto uma parceria da escola com as instituições de ensino superior da região, que fornecem condução para o deslocamento. Além disso, fui informado pela coordenadora pedagógica de que, na disciplina de Filosofia, a orientação profissional é abordada nos temas transversais, conforme determinado no currículo escolar.

Assim, pode-se considerar que, mesmo não havendo um programa de orientação profissional na instituição pública, ao menos os alunos eram informados como obter alguma orientação sobre qual caminho seguir, dentro da realidade possível da instituição pública.

Na instituição privada, após troca de e-mail com a coordenadora pedagógica da instituição, ficou acordado que poderia realizar a pesquisa o mais rápido possível, na semana seguinte à permissão; os alunos entrariam em provas, e depois disto dificilmente conseguiria encontrá-los na instituição, ficando a pesquisa para o ano seguinte. É

importante mencionar que manifestei interesse em postergar a realização da pesquisa, ao que a coordenadora contrapôs, encontrando uma alternativa para sua realização.

No dia programado, fui recebido pela coordenadora, que indicou a uma assistente que eu fosse conduzido à sala de aula. Esta assistente informou aos alunos sobre a pesquisa de que iriam participar; não surgiram questionamentos da parte dos alunos, já que havia certa tensão no ar, pois iriam realizar provas em seguida, embora, como informado pela coordenadora, alguns já tivessem realizado vestibular e estivessem matriculados em curso superior. O preenchimento dos questionários também foi realizado sem questionamentos.

Mesmo não sendo possível a realização da pesquisa conforme planejado inicialmente, e mesmo com uma amostra menor que a prevista, foi possível verificar, no resultado obtido, diferenças nos critérios utilizados para a escolha da profissão pelos jovens das duas instituições pesquisadas, já que, na particular, ocorrem palestras em que são abordadas as diferentes escolhas que podem ocorrer. Na pública, diferentemente, as instituições de ensino superior comparecem para divulgar seus cursos e, conseqüentemente, reforçar o trabalho feito pela escola.

3.2 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa, foi desenvolvido questionário (ver Anexo) com oito questões, sete com respostas diretas e uma aberta para que o jovem pudesse expressar livremente seu ponto de vista em relação ao tema.

As sete questões com respostas diretas apontavam para possíveis grupos de interesse, indicados no item 2.4 deste trabalho. Além disto, também foram apontadas ferramentas que poderiam contribuir neste processo de escolha, tendo como objetivo permitir que os jovens, ao mesmo tempo em que respondessem diretamente que tipo de orientação ou de quem haviam recebido esta orientação para a escolha profissional, pudessem também opinar livremente sobre a importância que viam no tema. Com isto, acreditava ser possível identificar se o mesmo tipo de orientação era realizado em instituições públicas e privadas e obter evidências da existência de alguma contribuição facilitadora da decisão do jovem.

A forma utilizada na aplicação dos questionários foi a mesma nas duas instituições. Antes da distribuição dos questionários, expus aos jovens qual o interesse e importância da pesquisa, e expliquei que qualquer dúvida poderia ser esclarecida durante o preenchimento. Em ambas as instituições, o preenchimento ocorreu sem questionamentos. O total de participantes da pesquisa foi de 25 alunos na instituição pública e 12 na instituição privada, todos na faixa etária de 17 a 19 anos.

Considerando que se tratar de uma pesquisa qualitativa, é importante apresentar, em quadros produzidos para isso, a inserção dos entrevistados nas características de sexo, gênero e idade, bem como nas informações que oferecem sobre sua escolaridade e natureza das orientações recebidas.

Quadro 3
Características de sexo e idade

Sexo e idade	Escola pública	Escola privada
Feminino	9	6
Masculino	16	6
Idade	18 a 20	16 a 18

Quadro 4

Questão 1 — Você recebeu, durante o Ensino Médio, alguma orientação sobre qual a formação superior ou profissão seguir após o Ensino Médio?*

Resposta	Escola pública	Escola privada
Sim	44	83
Não	56	17

Quadro 5

Questão 2 — De quem você recebeu a orientação?

Respostas	Escola pública	Escola privada
Escola	27%	40%
Pais	63%	40%
Parentes	36%	10%
Amigos	54%	30%
Professor	27%	30%
Profissionais	18%	40%

* Mesmo para os alunos que responderam não ter recebido nenhuma orientação no decorrer do Ensino Médio, há uma indicação de que 85% percebem a preocupação dos pais através de conversas que estes mantêm sobre o assunto.

Quadro 6
 Questão 3 — Esta orientação foi através de:

Respostas	Escola pública	Escola privada
Feira de profissões	-	30%
Feira de estudantes	-	-
Teste vocacional	18%	10%
Orientação profissional	36%	40%
Material impresso	9%	-
Informalmente	63%	40%

Quadro 7
 Questão 4 — Esta orientação permitiu a você definir qual formação profissional seguir?

Resposta	Escola pública	Escola privada
Sim	36%	70%
Não	54%	30%

Quadro 8
 Questão 5 — Você recebeu alguma orientação de seus pais a respeito de que profissão seguir?

Resposta	Escola pública	Escola privada
Sim	82%	70%
Não	18%	30%

Quadro 9
 Questão 6 — Você sente preocupação de seus pais a respeito de seu futuro profissional?

Resposta	Escola pública	Escola privada
Sim	100%	80%
Não	-	20%

Quadro 10
 Questão 7 — De que maneira esta preocupação se manifesta?

Resposta	Escola pública	Escola privada
Conversa	91%	80%
Reportagem de TV	-	-
Indicação de leitura	-	-
Outros	-	20%

Para a interpretação das respostas, foram construídos os Quadros 11 e 12 (a seguir) de forma a categorizar as respostas apresentadas pelos alunos, com o objetivo de

compreender os diferentes fatores que poderiam interferir na escolha por parte dos mesmos. Conforme Almeida (apud SZYMANSKI; ALMEIDA; PRANDINI, 2011, p. 94), os contextos de significação, indo além da mera descrição, apontavam para o entrelaçamento dos vários elementos dela e de suas decorrências. Com isto, foi possível agrupar os diferentes significados em categorias para a escolha profissional.

Quadro 11
Depoimentos dos alunos da instituição privada

DEPOIMENTOS				
Sujeito	Depoimento dos entrevistados da instituição privada	Explicitação do significado	Subcategoria	Categoria
Aluno 1	A escolha profissional é feita, muitas vezes, pensando-se no dinheiro, e não se é uma carreira que se goste ou que você tem uma maior facilidade. O principal a fazer é escolher uma área em que você se encaixe bem, fazendo o que deve ser feito e gostando daquilo que você faz, mas é claro que sempre buscando ganhar mais, já que este é o objetivo do trabalho	O aluno afirma que as pessoas escolhem a profissão em função do ganho financeiro e não por gostar da atividade, o que pode significar um direcionamento para a manutenção de seu padrão socioeconômico, mesmo que não goste do que está fazendo	Lógica do mercado, que induz a atividades com ganhos maiores	Imposição do mercado
Aluno 2	A minha escolha profissional foi olhando não só para quando terminar a faculdade, mas olhando além, escolhi uma profissão que eu poderei dar conta e que no futuro eu consiga me sustentar e viver bem além de gostar da área onde essa profissão atua, esse foi o principal argumento da minha escolha.	A escolha do aluno foi considerar a importância do trabalho em sua vida, gostando da área de atuação escolhida, mas também podendo se sustentar na profissão escolhida, reforçando a possibilidade de manutenção de seu padrão socioeconômico	O trabalho como realização pessoal, mas apoiado na possibilidade de manutenção da renda, visto sua afirmação “viver bem”, que pode significar a manutenção de seu padrão socioeconômico	- Manutenção da área profissional - Manutenção de padrões socioeconômico
Aluno 3	Meu sonho sempre foi fazer agronomia, nunca tive influência dos meus pais, e, sim, apoio deles	O aluno sonhava em fazer agronomia, sem ter tido influência dos pais	Escolha a partir de seu ideal	Preferências pessoais
Aluno 4	Campo de trabalho, salários, formação profissional são as coisas que mais preocupam na escolha da profissão	O aluno levaria em consideração para a escolha da profissão os fatores: campo de trabalho, salário e formação profissional, ou seja, o não atendimento de um destes fatores poderá levar a não escolha da profissão	Lógica do mercado, que induz a escolhe de atividades com possibilidade de crescimento futuro	Imposição do mercado

(continua)

Quadro 11 (continuação)
Depoimentos dos alunos da instituição privada

DEPOIMENTOS				
Sujeito	Depoimento dos entrevistados da instituição privada	Explicitação do significado	Subcategoria	Categoria
Aluno 5	A profissão na qual quero seguir foi escolhida a partir de testes e matérias que sempre me sai bem na escola, mais por um gosto do que por obrigação	O aluno escolheu a profissão a partir da sua relação com matérias do currículo e a partir de testes vocacionais	Vocação e natureza do mercado	Preferências pessoais
Aluno 6	Para um jovem em geral, a escolha de qual profissão seguir, ou qual faculdade/curso fazer é muito difícil. Pois uns tem empresas de familiares para seguir, ou o pai pra seguir a mesma carreira e montar algo junto, porém, tem outros, como eu que não tem em quem ter base, já que meu pai é médico, minha mãe professora e eu quero fazer comércio exterior	O aluno entende que deve escolher a profissão por ele mesmo, independente das condições familiares ou profissão dos pais	O trabalho como realização pessoal, embora tenha clareza do sistema de reprodução gerado pelo capitalismo	Reprodução da classe social
Aluno 7	Para a escolha profissional é importante escolher uma área onde possa desenvolver suas habilidades e com mais facilidade de raciocínio	O aluno entende que a profissão escolhida deve levar em conta suas qualidades pessoais, aparentemente desconsidera outros fatores, como renda e continuidade da atividade no futuro	O trabalho como realização pessoal	Preferências pessoais
Aluno 8	A escolha profissional tem que levar em consideração o que você gosta e juntamente com o momento econômico em que vive o país. Por isso, na hora em que decidi minha profissão, o caminho que irei trilhar, pensei em algo de que eu gosto, que pudesse me trazer lucro e satisfação pessoal	O aluno entende que deve conciliar suas qualidades pessoais, juntamente com os ganhos que poderá obter no futuro, mas da forma como se expressou deixa a entender que tem uma noção da possibilidade de crescimento da mesma no futuro	O trabalho como realização pessoal	Preferências pessoais
Aluno 10	Minha escolha profissional foi baseada em como posso adquirir pontos positivos com a profissão, em que áreas posso atuar e quais os conhecimentos que eu deverei abranger	O aluno entende que deve haver uma relação entre a profissão que vai exercer e as qualidades pessoais que deve possuir para exercê-las	O trabalho como realização pessoal	Preferências pessoais
Aluno 11	Minha escolha profissional foi baseada no equilíbrio entre gostar da área e do extenso mercado de trabalho	O aluno entende que deve alcançar o equilíbrio entre suas qualidades pessoais e a possibilidade de manutenção do emprego	O trabalho como realização pessoal	Preferências pessoais e análise da realidade do mercado

(continua)

Quadro 11 (conclusão)
Depoimentos dos alunos da instituição privada

DEPOIMENTOS				
Sujeito	Depoimento dos entrevistados da instituição privada	Explicitação do significado	Subcategoria	Categoria
Aluno 12	A minha escolha profissional foi pelo meu trabalho na informática, aprendendo e errando, e agora quero me cursar para ter melhor conhecimento.	O aluno demonstra já ter experiência em uma área específica, e sua escolha foi pautada na continuidade de aprimoramento nesta área	Lógica do mercado	Imposição de mercado

Quadro 12
Depoimentos dos alunos instituição pública *

DEPOIMENTOS				
Sujeito	Depoimento dos entrevistados da instituição pública	Explicitação do significado	Subcategoria	Categoria
Aluno 1	Na escola deveria ter mais informação	O aluno evidencia em sua afirmação que a responsabilidade pela informação ou orientação profissional é de total responsabilidade da instituição de ensino	Ingenuidade, pois não percebe que a informação poderá ser obtida através de outras ferramentas hoje disponíveis, dependendo muito dele mesmo	Desconhecimento da lógica do mercado
Aluno 2	A escolha profissional deve ser escolhida pela própria pessoa onde sem dúvida escolherá uma profissão que se encaixa com seu perfil, com talento e com o que mais gosta de fazer	O aluno entende que a profissão escolhida deve levar em conta suas qualidades pessoais, não apresentando argumentos para tentativa de escolha de atividades que demandem maior esforço	O trabalho como realização pessoal	Preferências pessoais
Aluno 3	A escolha de profissão tem que ser feita pela própria pessoa, onde ela achar que se adéqua melhor, sendo uma profissão que interesse a pessoa para que não se arrependa depois	O aluno entende que deve escolher a profissão por ele mesmo, porém considerando as qualidades pessoais que deve possuir para exercê-las	Vocação e natureza do mercado	Preferências pessoais

(continua)

* Dos 25 sujeitos que participaram da pesquisa na instituição pública, somente sete responderam a questão 8, na qual deveriam expressar livremente sua opinião sobre o tema. Analisando os questionários dos outros 18 sujeitos que não responderam a questão 8, foi possível observar que, em 100% dos casos, os jovens apontam terem recebido orientação de seus pais sobre o tema, e que sentem a preocupação dos mesmos em relação ao tema. Isto reforça a teoria de que nas classes populares há uma forte intervenção da família na definição da profissão, como poderemos ver mais adiante na análise da pesquisa.

Quadro 12 (conclusão)
 Depoimentos dos alunos instituição pública

DEPOIMENTOS				
Sujeito	Depoimento dos entrevistados da instituição pública	Explicitação do significado	Subcategoria	Categoria
Aluno 4	A minha opinião que é muito bom saber a sua profissão futuramente, pois é bom garantir o futuro	O aluno demonstra preocupação com a profissão que poderá exercer no futuro, apontando a necessidade de se garantir, ou seja, garantir seu sustento	Ingenuidade ou lógica de mercado	Desconhecimento da lógica do mercado
Aluno 5	Recebo orientação que tenho que correr atrás do meu futuro, nunca eu espero algo cair do céu, que isso nunca irá acontecer na vida	O aluno demonstra que tem preocupação com a profissão que terá no futuro, no entanto demonstra não ter conhecimento de como agir. A orientação por ele apontada parece simplista, pois o correr atrás pode significar encontrar algo para fazer, ou ter uma profissão	Ingenuidade ou lógica de mercado	Desconhecimento da lógica do mercado
Aluno 6	Achei interessante, pois essa pesquisa deveria existir sempre. Hoje fica difícil escolher a profissão que se quer e de que se gosta, e se vai ter retorno ou não, e se continuará existindo sempre a profissão	A escolha do aluno foi considerar a importância do trabalho em sua vida, gostando da área de atuação escolhida, mas também podendo se sustentar na profissão escolhida. Neste caso demonstra ainda a preocupação do que será da mesma no futuro	O trabalho como realização pessoal, mas que lhe garante um sustento no futuro	Área escolhida em crescimento
Aluno 7	Bom, atualmente eu gostaria de fazer Engenharia Mecânica ou Elétrica, porém, para fazer Engenharia, é preciso a matemática, e eu não gosto de matemática, portanto vou fazer algo como RH ou Adm, para conseguir um emprego estável e depois fazer algo que eu gosto, como Artes Cênicas ou Música. Sobre o tema e a pesquisa, acho muito bom, pois as pessoas devem sim encontrar e fazer algo para garantir o seu futuro	O aluno demonstra uma ambiguidade neste momento tão importante. Ao mesmo tempo em que gosta de determinadas áreas, também tem dificuldade em relação aos requisitos necessários para exercê-los	O trabalho como realização pessoal	Reprodução da classe social
Alunos 8-25	Não fizeram comentários	-	-	-

3.3 COMPARATIVO ENTRE OS DADOS OBTIDOS NAS DUAS INSTITUIÇÕES

Como complemento aos quadros de depoimentos e sua respectiva classificação em categorias, também serão consideradas as respostas relacionadas aos grupos de interesse e ferramentas de orientação profissional eventualmente aplicadas/utilizadas pelo jovem no processo de escolha.

Observa-se uma diferença no resultado da pesquisa para cada uma das instituições. Na instituição privada, onde se observa o processo de orientação profissional, os relatos conduzem à comprovação de que há conhecimento prévio por parte dos jovens, em relação aos critérios que devem ser observados na escolha profissional.

É possível identificar nos relatos dos alunos desta instituição a preocupação com o mercado de trabalho no futuro. Ou seja: para eles, não bastaria escolher uma profissão para obter um emprego; seria preciso adquirir conhecimentos de forma a atender a demanda futura do mercado de trabalho e garantir sua empregabilidade — o que não significa a manutenção de um emprego formal, mas da competitividade, de acordo com o dinamismo do mercado e em relação a outros profissionais da mesma área de atuação.

Entendemos que os objetivos em relação à educação são distintos em função da classe social a que os indivíduos pertencem. Isto é notado nos depoimentos de alunos de ambas as instituições. Os da instituição privada apontam a possibilidade de continuidade em relação ao negócio da família, e afirmam que o gosto pelo tema e a habilidade individual devem ser considerados na escolha. Fazem também a ligação com o que será desta atividade, e não profissão no futuro, o que denota a influência da família na tentativa de preservação do padrão socioeconômico alcançado.

Enquanto isto, nos relatos dos alunos da instituição pública, observa-se certa ingenuidade em relação ao tema. Embora mencionem a preocupação com o futuro na escolha da profissão, demonstram também desorientação, o que comprova a diferença com que o assunto é tratado pelas diferentes classes sociais e indica que, apesar daquela preocupação, esta aparentemente se resume à possibilidade de escolha de uma profissão. Tal ingenuidade é explicitada, por exemplo, no depoimento do aluno 5 da instituição pública, que afirma: “Recebo orientação que tenho que correr atrás do meu futuro, nunca eu espero algo cair do céu, que isso nunca irá acontecer na vida.”

Podemos assim, questionar o “correr atrás”. Correr atrás do quê? Como pode se dizer que isto é uma orientação? Talvez seja no máximo uma indicação para

que não fique acomodado; mas, no entanto, não há um direcionamento para o caminho a seguir. Considerando ser este o depoimento de um aluno de instituição pública, para este aluno que deve tomar uma decisão, por vezes sem nenhuma orientação, é possível que se direcione à formação técnica, como saída para atender aos requisitos do mercado, baseado na posição ingênua de que basta escolher uma profissão para ter emprego garantido, uma vez que esta escolha será pautada na lógica de mercado, que é dinâmica e faz com que os requisitos de empregabilidade se alterem com o decorrer do tempo, na instituição pública, conforme tabela, mais de 60% dos alunos que responderam ao questionário informaram que receberam orientação através de pais e amigos, sendo orientados para a procura de um emprego e não de uma formação profissional. Estas características são encontradas principalmente entre jovens das camadas populares, onde a interferência da família na escolha é menor. Por vezes, esses jovens não poderão sequer conseguir uma formação técnica, o que poderá levá-los a ocupações nas quais o nível de exigência é baixo, resumindo-se a atividades ligadas aos trabalhos manuais.

Sem formação adequada para as exigências do mercado de trabalho (não raro o Ensino Médio e novas qualificações como informática), não resta alternativa senão pegar o que aparece. [...] Quando tentam inserir-se na ativa, o fazem em ocupações bastante variadas como as de *office boy*, servente de pedreiro, auxiliar de mecânico, balconista, babá, empregada doméstica, entre outras (ZAGO; NOGUEIRA; ROMANELLI, 2000, p. 28).

A distinção começa a surgir já para os jovens das camadas médias, que por vezes frequentando inicialmente instituições privadas, acabam por entrar no mercado de trabalho, contando com o auxílio indireto da família. Nesta camada da população, a influência da família se torna mais forte, de maneira que o jovem não venha a perder o prestígio social adquirido.

Na classe média haverá sempre uma luta para o não retorno à condição sócio-econômica anterior, enquanto que na classe pobre a escolha poderá não ocorrer, pois o mercado de trabalho poderá impor a carreira a seguir no setor terciário (tais como: auxiliar de escritório, vendedor, balconista, bancário, etc.) e encaram essas ocupações como provisórias, com a expectativa de que elas sejam substituídas por ocupações superiores e muito diferentes em sua natureza, após a conclusão do curso superior (ALMEIDA; NOGUEIRA, 2003, p. 57).

Para os jovens pertencentes às elites, caberão as atividades de planejamento ou a continuidade dos negócios da família.

Essas concepções encontram eco nas representações e nos valores parentais verificados nas entrevistas com mães, as quais revelaram, de um modo geral, a crença de que a formação para o empreendedorismo deve começar cedo e em família (NOGUEIRA, 2004, p. 142).

Isto ainda é reforçado pelo depoimento do aluno 6, da instituição privada:

— Para um jovem em geral, a escolha de qual profissão seguir, ou qual faculdade/curso fazer é muito difícil. Pois uns têm empresas de familiares para seguir, ou o pai pra seguir a mesma carreira e montar algo junto; porém, tem outros, como eu, que não têm em quem ter base, já que meu pai é médico, minha mãe professora e eu quero fazer comércio exterior.

A diferença acaba recebendo reforço pelo fato de que a formação alcançada pelo jovem de instituição pública não lhe garante trabalho, que é o que ele busca com a formação tecnicista. Por vezes, não lhe é informado do que será esta formação no futuro, que possivelmente lhe garantirá as mesmas condições socioeconômicas em que se encontra — já que, apesar das diferentes formações e/ou especializações que exige, em função do desenvolvimento tecnológico, o mercado não será capaz de produzir uma vida melhor para esta camada da população.

É possível observar ainda fatores que agravam a diferença de posicionamento entre os jovens, em função da orientação recebida. O aluno de instituição privada recebeu orientação sobre as possíveis formações, áreas de trabalho, etc., visto que, conforme tabela, aproximadamente 80% destes jovens apontam a utilização de uma ferramenta formal de orientação, e destes, 70% confirmam que puderam definir sua escolha após esta orientação, permitindo que pudessem se posicionar adequadamente para a escolha de sua área de atuação. Para o jovem da classe popular, aluno de instituição pública, o futuro, é agora. Em função, da diferente condição financeira, apesar de se preocupar com o futuro, a profissão ou formação escolhida deve gerar renda de imediato. Com isto, a necessidade de cuidar de seu sustento e contribuir com a renda familiar acaba sendo prioritária, conforme depoimento do aluno 7, da instituição pública:

— Bom, atualmente eu gostaria de fazer Engenharia Mecânica ou Elétrica. Porém, para fazer Engenharia, é preciso a matemática, e eu não gosto de matemática. Portanto vou fazer algo como RH ou Administração, para conseguir um emprego estável, e depois fazer algo que eu gosto, como Artes Cênicas ou Música.

Garantir o futuro pode ser interpretado como ter um emprego, o que nem sempre será possível, em função do imediatismo com que a escolha tem sido conduzida pelos jovens das camadas menos favorecidas da população.

Com esta análise, é possível afirmar que, para jovens de determinadas camadas da população, a escolha profissional está pautada em uma imposição social, o que não lhe permitirá uma condição de vida melhor, mas apenas uma reprodução do quadro em que se encontra. É possível comparar as diferentes formas como o tema é conduzido, nessas escolas, nos dois tipos de instituições, público e privado, assim como, a forma com que os jovens sentem e interpretam este momento de suas vidas, a questão da escolha de profissão.

Nos depoimentos dos alunos, foi possível visualizar que, na instituição privada pesquisada, existe um programa que os orienta formalmente, que de forma estruturada disponibiliza recursos aos jovens para facilitar a sua escolha profissional por parte destes, permitindo-lhes tomar uma decisão, ou seja, a escolha por área de atuação de forma mais consciente. Isto pode ser verificado no depoimento do aluno 1 da instituição privada:

— A escolha profissional é feita, muitas vezes, pensando-se no dinheiro, e não se é uma carreira que se goste ou que você tem uma maior facilidade. [...] O principal a fazer é escolher uma área que você se encaixe bem, fazendo o que deve ser feito e gostando daquilo que você faz, mas é claro que sempre, buscando ganhar mais, já que este é o objetivo do trabalho.

É importante ainda observar que, neste depoimento, o adolescente se refere ao trabalho, não ao emprego, ou seja, a escolha profissional irá garantir uma forma de trabalho, mas não o emprego. Assim, ao saber das áreas de atuação, terá oportunidade de optar entre diferentes ramos de atuação, podendo exercer diferentes formas de trabalho, como também conhecer as mazelas da empregabilidade na cultura neoliberal, em que o desemprego é planejado com vistas a aumentar a acumulação capitalista.

Mesmo quando considerado que a orientação se deu de maneira informal, ou seja, como apontado pelo aluno número 2 da instituição privada, que diz ter recebido orientação apenas dos pais, e de maneira não rigorosa, é possível considerar que este tipo de direcionamento o auxiliou na tomada de decisão:

— A minha escolha profissional foi olhando não só para quando terminar a faculdade, mas olhando além. Escolhi uma profissão que eu poderei dar conta e que no futuro eu consiga me sustentar e viver bem, além de gostar da área onde essa profissão atua. Esse foi o principal argumento da minha escolha.

Isto reforça o conceito de que a classe média mantém-se preocupada na manutenção do status adquirido. Ao orientar seus filhos sobre a escolha correta a ser feita, os pais pertencentes a esta classe estão lhes permitindo a manutenção de sua empregabilidade, renda e nível socioeconômico adquirido.

Enquanto isto, em relação à instituição pública, percebeu-se que os jovens julgam que a escola não faz nada para ajudá-los. Alguns receberam orientação dos pais, mas a maioria não tem apoio algum, atribuindo esta responsabilidade ao sistema existente, como pode ser observado na afirmação do aluno 1 da instituição pública: “Na escola deveria ter mais informação.”

Quantas informações mais seriam necessárias? Permanecendo por apenas pouco mais de uma hora na instituição, pude constatar, como já observei, duas formas de identificação de profissões que passíveis de escolha. Há que se considerar que as ferramentas disponibilizadas para isto são facultativas e não obrigatórias, portanto sua eficácia depende do interesse dos adolescentes a respeito do assunto. Também merece ressalva o fato de a coordenadora ter reforçado o aviso da realização de visita em faculdade particular naquela semana; eu estava presente no momento do aviso, e poucos foram os alunos que demonstraram interesse pelo tema, talvez por não ser um evento estruturado para esta finalidade pela instituição, mas uma divulgação dos cursos por instituições de ensino superior.

Constata-se, assim, que os alunos das instituições públicas, apesar de terem alguma oportunidade de orientação, deixam de aproveitá-la, preferindo atribuir ao sistema a responsabilidade por não terem as mesmas oportunidades oferecidas pelas instituições privadas — o que reforça o conceito de que, nesta camada da população, a família pouco pode interferir na formação de seus filhos, já que, conforme tabela, 60% deles informaram que receberam orientação dos pais, mas 90% destas informações através de conversas informais, sendo provável que não interferissem na escolha. Porém, embora os jovens estudantes da instituição privada sejam privilegiados por um sistema formal de orientação profissional, ou por vezes tenham a oportunidade de realizar um teste vocacional (o que também foi constatado em um sujeito da escola pública), alunos da rede pública demonstram conhecimento de como a escolha deve ocorrer, conforme comentário do aluno 2:

— A escolha profissional deve ser escolhida pela própria pessoa onde sem dúvida escolherá uma profissão que se encaixa com seu perfil, com talento e com o que mais gosta de fazer.

Mas se esta oportunidade de escolha não for ofertada, o jovem terá que aceitar a proposta de emprego que lhe for imposta, conforme afirmação do aluno 3:

—A escolha de profissão tem que ser feita pela própria pessoa, onde ela achar que se adéqua melhor, sendo uma profissão que interesse a pessoa para que não se arrependa depois.

Observamos, assim, que alunos tanto de instituições públicas como privadas recebem mesmo que de maneira diferente a orientação dos pais, constatada a possibilidade de realização de teste vocacional pelos jovens das diferentes camadas socioeconômica. Porém, a participação oficial das instituições de ensino neste processo se torna um diferencial. Isto pode ser constatado nos depoimentos dos diferentes sujeitos, que demonstram, na instituição privada, que a realização de um programa de esclarecimento ou orientação formal contribui e por vezes define a escolha da profissão, enquanto que os jovens de instituições públicas contam por vezes apenas com a preocupação dos pais quanto a seu futuro profissional, mesmo que pouco ou nada possam fazer para influenciá-lo.

Com isto, o histórico mostra que, na classe alta, a determinação ou a participação da família podem influenciar no destino social, mesmo que esta seja a continuidade da formação dos pais, ou para contribuir dentro do negócio da família.

Na classe média, haverá sempre uma luta para o não retorno à condição socioeconômica anterior. Nas classes populares, em função do pouco poder representado pela família, não há muita escolha. O que determinará a escolha, não pela formação, mas por um emprego, será o mercado de trabalho, pois os jovens pertencentes a esta camada da população desenvolvem mecanismos de trabalho informais, criando a possibilidade de emprego desde o Ensino Médio, o que poderá contribuir com o agravamento da condição.

Sem formação adequada para as exigências do mercado de trabalho (não raro o Ensino Médio e novas qualificações como informática), não resta alternativa senão pegar o que aparece, para parafrasear uma expressão comum no grupo de entrevistado. Quando tentam inserir-se na ativa, o fazem em ocupações bastante variadas como as de *office-boy*, servente de pedreiro, auxiliar de mecânico, balconista, babá, empregada doméstica, entre outra (ZAGO; NOGUEIRA; ROMANELLI, 2000, p. 28).

Desta maneira, a pesquisa permitiu observar as diferentes formas de interferência que a família pode ter em relação à escolha profissional feita pelo jovem a ela pertencente, e que as formas de interferência podem variar de acordo com a classe social. Também foi possível observar que outros fatores, além da família — dentre os quais a condução de um plano de orientação profissional pela instituição de ensino —, podem facilitar o processo de escolha da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os fatores, que podem contribuir para que os jovens, ao final do Ensino Médio, façam sua escolha profissional; se esta escolha pode ser baseada em algum programa de orientação profissional específico; se um programa como este pode ou não interferir ou decidir na escolha; se a orientação da família, dos amigos, dos professores ou de profissionais da área pode interferir nesta escolha, ou se acaba sendo uma imposição situacional, em função da condição socioeconômica que o jovem vive.

Partindo do princípio de que as oportunidades são iguais para todos, seria possível afirmar inicialmente que todo o jovem no decorrer do Ensino Médio teria a oportunidade de receber uma orientação profissional, podendo esta ocorrer através de programas regulares mantidos pelas instituições de ensino, ou até pela orientação de pais, amigos ou profissionais das áreas. De posse destas informações, seria possível avaliar os requisitos de cada área, considerar suas competências ou afinidades e escolher aquela profissão ou formação que mais se adequasse ao seu perfil ou por aquela em que tivesse maior facilidade.

Mas o resultado da pesquisa apresentou outro cenário. Permitiu observar que as orientações a respeito da carreira profissional ocorrem de maneira diferente nas instituições pesquisadas: as informações chegam aos jovens pesquisados no momento adequado no caso de instituições privadas; e, apesar de chegarem aos jovens da instituição pública, estes não as aproveitam em sua totalidade.

Em função do descrito acima, foi possível observar que jovens estudantes da instituição privada pesquisada recebem orientação através de programas oficiais mantidos pelas instituições, que, se não forem decisivos no momento da escolha, no mínimo irão contribuir para que comparem as alternativas que se apresentarem.

A pesquisa permite ainda observar que estes jovens acabaram por ter maior visão do que podem ser no futuro. Como é evidenciado no Capítulo 3, isso lhes proporciona uma escolha direcionada pela família, de forma a garantir a manutenção de seu padrão socioeconômico.

Enquanto isso, no caso dos jovens que frequentam a instituição pública pesquisada, os programas de orientação acabam por não atingi-los de maneira eficaz.

Sem uma orientação adequada por parte da família, eles acabam por ter apenas a oportunidade de escolher uma profissão que irá lhes garantir o ingresso no mercado de trabalho, através de profissões operacionais, que lhes propiciam rendimento menor.

Neste ponto, o tema do trabalho encontra sua sustentação, já que, por vezes, não ocorre a escolha pela profissão, mas a imposição da entrada no mercado de trabalho: para o jovem da classe popular, é dada em primeiro lugar a oportunidade do ganho financeiro, para auxílio no sustento da própria família, e depois dificilmente uma possível escolha.

Como foi apontado por Bourdieu, nos critérios de hierarquização social, em que as classes inferiores apresentam sua preocupação com o dinheiro, é uma indicação para a formação profissional assim há um elemento pertencente a esta camada da população, que, no momento da escolha da profissão, terá que se decidir entre o auxílio para sustento da família ou a escolha de uma profissão mais adequada às suas qualidades.

É possível afirmar que, para os jovens pesquisados, no momento da escolha profissional, as oportunidades são diferentes para as diferentes classes sociais. Isto pode ser constatado na bibliografia consultada e foi confirmado através da pesquisa realizada. Na amostra pesquisada em instituição pública, quase 60% dos indivíduos informaram não ter recebido nenhuma orientação sobre formação profissional ou superior, mas sentir a preocupação dos pais em relação a este assunto; estes, por sua vez, talvez não saibam como conduzir o processo de forma adequada, por estarem sujeitos às determinações sociais. Ainda é possível afirmar que este grupo de jovens pode ter passado por um processo de inculcação de que não será possível reverter este quadro e escolher uma profissão adequada, já que outra parte deste mesmo grupo admite ter recebido orientação sobre o tema de diversas formas, mesmo que esta informação ou orientação não tenha permitido a estes jovens definir o caminho profissional a seguir.

Resultado diferente é observado na instituição privada, onde quase 85% da amostra afirmam ter recebido orientação sobre o tema e, destes, 70% definiram o caminho profissional a seguir após a orientação. Esta pesquisa, apesar de ser quantitativa, remete à consideração de dois pontos importantes: a diferença no trato do assunto em instituições públicas e privadas proporciona aos jovens desta instituição privada a oportunidade de escolha da sua formação; o mesmo já não pode ser dito dos jovens pertencentes à instituição pública pesquisada.

Assim, este trabalho ganha sentido no momento em que confirma as diferentes formas como os jovens iniciam seu relacionamento com o mercado de

trabalho. Se o objetivo era comprovar se todos os jovens tinham as mesmas possibilidades de escolha, fica evidenciado que não.

Ou seja, enquanto os jovens estudantes da instituição privada pesquisada recebem orientação de forma estruturada da instituição de ensino, acrescida da supervisão dos pais, que tem como objetivo contribuir para que esta escolha permita ao filho a manutenção de seu status social, o mesmo não ocorre para os jovens estudantes em instituição pública, na qual a escolha de uma profissão sofre a pressão dos pais, para que ocorra o quanto antes possível, pois desta forma os filhos poderão obter sua própria renda e contribuir para o sustento da família.

REFERÊNCIAS

- AIDAR, Marcelo Marinho. **Empreendedorismo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- ALMEIDA, A. M. F.; NOGUEIRA, M. A. **A escolarização das elites**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOCK, S. D. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. de R. Bairão. Rev. de P. B. Garcia, A. M. Baeta. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CAETANO, J. R.; AGOSTINI, R. Os emergentes dos emergentes. **Exame**, São Paulo, Abril, n. 954, p. 35, 21 out. 2009. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0954/noticias/emergentes-emergentes-505359>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- CASALI, A. et al. **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC, 1997.
- CASE, T. A. **Como conseguir emprego no Brasil no século XXI**. São Paulo: Catho, 2004.
- CORROCHANO, M. A. et al. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ibi, 2008.
- “EU SEMPRE SOUBE que seria milionário” (online). **Exame**, São Paulo, Abril, n. 928, 2 out. 2008. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0928/noticias/eu-sempre-soube-que-seria-milionario-m0168505>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- FARIA, V. M. **Manual de carreira: identifique e destaque o talento que existe em você**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A orientação educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEMOS, Caio G. de. **Adolescência e escolha da profissão**. São Paulo: Ed. Vetor, 2001
- MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed., 6. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

MELCHIOR, R. N. B. et al. **Programas de informação profissional como componente curricular do ensino de 2º grau**. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação/Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (Cenp), 1977.

MELLO, Fernandes A. F. **O desafio da escolha profissional**. Campinas: Papirus, 2002.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade: o caminho das pedras**. São Paulo: Editora Gente, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL (MEC); INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI). Breve evolução histórica do sistema educacional. In: MEC; INEP; OEI. **Sistema Educativo Nacional de Brasil**: 2002 (online). Madri: OEI, 2003. p. 21-27. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil>>. Acesso em: 26 out. 2011.

NOGUEIRA, M. A. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 26, p. 133-144, ago. 2004.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 475-506, set./dez. 2009.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SILVA, L. B de C. Contribuições para uma teoria psicossocial da escolha da profissão. In: BOCK, A. M. B. **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 23-43.

SINGLY, F. de. **Sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Nathan, 1993.

SZYMANSKI, H. (Org.); ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na educação**: a prática reflexiva. 4. ed. Brasília: Líber, 2011.

TARDELI, D. D'A. Orientação profissional de adolescentes: o difícil momento da escolha. **Múltiplas Leituras** (online). São Bernardo do Campo, Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo, n. 2, segundo semestre de 2008. Disponível em: <<http://www.metodista.br/ppc/multiplas-leituras/multiplas-leituras-02/orientacao-profissional-de-adolescentes-o-dificil-momento-da-escolha/>>. Acesso em: 26 out. 2011.

WHITAKER, Dulce C. A. **Escolha da carreira e globalização**. 11. ed., rev. e ampl. São Paulo: Modena, 1997.

ZAGO, N.; NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G. **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXO

Questionário realizado para a coleta de dados da pesquisa de Dissertação

Curso: Mestrado em Educação - Universidade Metodista de São Paulo

Aluno: Antonio Olegário Blanco Cava / **Tema:** Escolha Profissional

Idade: _____ **anos** **Sexo:** **Masculino** **Feminino**

1 - Você recebeu durante o Ensino Médio, alguma orientação sobre qual a formação superior ou profissão seguir após o Ensino Médio?

SIM **NÃO**

Se a resposta anterior foi "**não**" pule para a pergunta 5

Se a resposta anterior foi "**sim**" responda a próxima pergunta

2 - De quem você recebeu a orientação?

Escola Pais Parentes
 Amigos Professor Profissional da área

3 - Esta orientação foi através de:

Feira de profissões Feira de estudantes
 Teste vocacional Orientação profissional
 Material escrito Informalmente

4 - Esta orientação permitiu a você definir qual formação profissional seguir?

SIM **NÃO**

5 - Você recebeu alguma orientação de seus pais a respeito de que profissão seguir?

SIM **NÃO**

6 - Você sente preocupação de seus pais a respeito de seu futuro profissional?

SIM **NÃO**

7 - De que maneira esta preocupação se manifesta?

Conversas Reportagem de TV Indicação leitura Outros

8 - Escreva livremente qualquer informação que julgar importante oferecer, no que se refere à sua escolha profissional

Se desejar use o verso do papel para completar a informação.

Agradeço o empenho em contribuir com meu estudo e prometo dar um retorno sobre os resultados obtidos.